

SESSÕES DO PLENÁRIO

67ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ADERBAL CALDAS “ 3º VICE PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira e Zé Neto. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Antônia Pedrosa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08, 09, 10 e 15/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03, 04, 05 e 10/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pequeno Expediente.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes às Galerias Paulo Jackson, companheiros e companheiras que se encontram na Assembleia Legislativa, volto a falar, mais uma vez, sobre a nossa luta para que sejam aprovados aqui os projetos de interesse da sociedade, da nossa população.

Temos tramitando aqui na Assembleia Legislativa cerca de 1.500 projetos, naturalmente muitos deles são repetitivos, mas importantes. A Comissão de Constituição e Justiça já apreciou cerca de cem projetos, e o presidente dessa Comissão, o deputado Zé Neto, já distribuiu para os relatores aproximadamente mil projetos. Portanto, a tramitação desses projetos vem acontecendo, só que está no momento, deputado João Carlos Bacelar, de votarmos aqui em Plenário projetos oriundos de parlamentares. Evidentemente que os projetos estão tramitando, há um avanço, mais de mil projetos já foram distribuídos para os relatores, eu próprio já fui relator de aproximadamente duzentos projetos. E os projetos que chegam às minhas mãos, devolvo-os imediatamente. Faço um apelo também para que os demais relatores devolvam esses projetos imediatamente a fim de que eles possam ter uma tramitação mais ágil.

Queria, deputado Waldenor, mais uma vez, colocar aqui a necessidade de aprovar dois projetos de minha autoria e de outros que têm por aí, mas destacaria dois fundamentais, um que diz respeito à universalização da telefonia e também do acesso à internet.

São vários projetos que tratam da questão da telefonia, da internet, inúmeros projetos de minha autoria que tratam da questão da defesa do consumidor. Mas destacaria dois projetos, um que acaba com a tarifa-assinatura, está ali o relator, o nobre deputado Luiz de Deus, espero que o parecer dele seja apresentado o mais rapidamente possível. O nobre deputado Luiz de Deus foi designado relator recentemente, há poucos dias. Mas ele foi relator, na legislatura passada, desse mesmo projeto, já o conhece. E o parecer, justiça seja feita, apresentado pelo deputado Luiz de Deus, foi favorável na legislatura passada. Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Comissão e Justiça e, infelizmente, estranhamente, foi rejeitado na Comissão de Defesa do Consumidor.

Mas agora é uma nova legislatura, um novo momento, e o deputado Luiz de Deus, mais uma vez, é o relator. Sem dúvida, deve manter a sua posição. Espero que seja aprovado aqui, nobre deputado Waldenor Pereira, conto com o apoio de V.Ex^a, Líder do governo, conto com o apoio. Precisamos debater esse projeto aqui, e aí vamos aprová-lo. Se as empresas de telefonia não gostarem, paciência, nós não temos o que fazer, nós não estamos aqui para agradá-las. Aliás, as empresas de telefonia têm uma arrecadação, só com a chamada tarifa-assinatura, de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Aqui na Bahia o lucro é de cerca de sessenta a oitenta milhões de

reais.

Essa não é uma luta fácil. Mas é tarefa da Assembleia Legislativa contribuir para defesa do consumidor, para universalizar o serviço de telefonia e de acesso à internet. Eu sempre tenho colocado que esses serviços deixaram de ser luxo, é uma necessidade da sociedade moderna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes da imprensa, visitantes que nos honram com suas presenças, ontem denunciei a matéria publicada no jornal *A Tarde*, muito bem escrita pelo jornalista Biaggio Talento, a respeito de um convênio formulado entre o Instituto Brasil e a Prefeitura de Madre de Deus. Hoje volto ao assunto, desde quando a assessoria jurídica da Liderança da Oposição está preparando um requerimento ao Tribunal de Contas dos Municípios para obter algumas explicações.

O governo do Estado assinou com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano convênio com o Instituto Brasil no valor de R\$ 17.709.304,38 para a construção de 1.120 unidades habitacionais. Cada casa sairá por um preço de custo mínimo de R\$16.040,00. O governo teria que fazer até a data de hoje uma média de 47/mês. O Estado até agora, mesmo o convênio sendo recebido e assinado em fevereiro, já recebeu R\$ 4.373,321,75. Estamos pesquisando, deputado João Carlos Bacelar, se o Estado já prestou contas ao Instituto Brasil.

E essa pesquisa a nossa assessoria fez no portal *Transparência Bahia*, site oficial do governo do Estado, onde foram localizados os exercícios de 2007, 2008 e 2009 transferências de recursos para a ONG acima citada nos valores de : 2007 – R\$ 2.660.000,00; 2008 – R\$ 50.000,00; 2009 – R\$ 4.373. 321,75.

Ora, ontem no parecer do conselheiro Paolo Marconi ele dizia que essa entidade, essa organização não-governamental não tinha condição técnica de efetuar convênio com o Estado, desde quando ela é uma Oscip e ela tem um valor de R\$ 20.000,00. Os valores referem-se a convênios assinados com a Conder, R\$ 350.000,00, relativos a um único convênio e com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur – no total de R\$ 7.033.000,00. São provenientes de dois convênios, sendo um no valor de R\$2.360.000,00 liberados em uma única parcela para o Programa de Crédito Solidário, o objetivo do convênio não está claro. E o valor de R\$4.373.000,00 refere-se a um convênio de nº 023/ 2008 sendo que o valor acima representa a primeira parcela do acordo. Segundo documento impresso no Transparência Bahia, o objetivo é a construção de unidades habitacionais.

Segundo a matéria publicado no jornal *A Tarde*, o Tribunal de Contas dos Municípios questiona à prefeitura de Madre de Deus, para concluir, por ter assinado convênio com a entidade no valor de R\$1.056.000,00 e não acatando a respectiva prestação de contas, o respectivo órgão de fiscalização, através do parecer do relator das contas, conselheiro Paolo Marconi, questiona como uma ONG, com um capital

social da ordem de R\$20.000,00 teria capacidade financeira e técnica para assinar um convênio no valor acima.

Portanto, Sr. Presidente, concluo e agradeço a V.Ex^a a tolerância, dizendo que a nossa assessoria jurídica da Bancada de Oposição está preparando um documento solicitando informações ao Tribunal de Contas a respeito desta grave denúncia que formulo desta tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Virgínia Hagge, Srs. Deputados. Queria saber, deputado Heraldo Rocha, do nobre Líder do governo, este grande deputado, se o deputado Waldenor votaria para governador em alguém facilmente influenciável, porque nunca desconfia?

Será, deputado Waldenor, que V.Ex^a teria coragem de colocar no governo da Bahia um homem facilmente influenciável, porque nunca desconfia de ninguém? Pois V.Ex^a votou em Wagner, segundo Moema Gramacho, um inocente...

O Sr. Waldenor Pereira:- Vou votar de novo.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-(...) mas se V.Ex^a vai votar de novo é porque não gosta da Bahia. Porque não pode votar num governador para governar um Estado, um inocente e quem disse isso foi Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas, companheira de Wagner.

Um homem que não pode resolver a crise da Polícia Militar, porque é facilmente influenciável. Chegam os seus acólitos e dão ao governador informações erradas sobre a situação da Polícia Militar, mas como ele é um inocente, como é facilmente influenciável, ficam as coisas como estão.

Pode o líder Waldenor votar para governador num homem que usa a máquina administrativa para engordar políticos? A prefeita Moema Gramacho disse que o governador deixa que seu governo seja usado para engordar políticos. É o sistema de confinamento. O governo da Bahia, deputado Luiz de Deus, na mão de Wagner virou sistema de confinamento de animais, para engordar animais, segundo a prefeita Moema Gramacho.

Não sou eu, deputado Waldenor, quem está dizendo isso. Quem disse isso foi Moema Gramacho que levou Wagner para ser candidato, inclusive, a deputado em Lauro de Freitas, então deve conhecer muito bem este governador. Governador que não tem projeto político, tem apenas projeto de poder para ficar aboletado ele e os petistas na máquina estatal. É este o governo que, infelizmente, a Bahia está submetida. Governo fisiologista. Governo que negocia e negócio aí, vão no dicionário, é no sentido lato, negocia cargos, governo que vive de negociata porque ninguém ouviu falar no nome para secretário, as qualidades técnicas, apenas as qualidades políticas.

Olhe, deputado Paulo Azi, o governo chegou a tal ponto - dizem os jornais - que o secretário agrediu uma superintendente esta semana nas instalações da

secretaria. A que ponto chegou este governo! O governo acabou, deputado Sandro Régis! Não tem competência para gerir a crise da Polícia, botou a Polícia Civil contra a Polícia Militar e vice-versa. É o governo da politicagem, reduziu seu secretariado a uma ação entre amigos e correligionários. Nunca se viu isso na máquina administrativa brasileira, talvez só no Maranhão. A Bahia, hoje, está pior que o Maranhão!

São as piores práticas presentes hoje, na Bahia, porque temos um governador que não gosta de trabalhar, porque temos um governador que se dedica somente à politicagem do mais baixo nível, e quem diz isso, agora, é Moema Gramacho, a prefeita de Lauro de Freitas.

Se o nobre Líder do governo quiser responder isso não vai ser a mim. Vai responder porque o que disse aqui, Líder, foi apenas reproduzir as palavras contidas na nota oficial da prefeita de Lauro de Freitas.

(Palmas nas Galerias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 05 minutos, o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, deputado Carlos Gaban, li no *Diário Oficial* hoje a seguinte manchete: “*Mais indústrias procuram a Bahia para instalar fábricas*”. Isto está no *Diário Oficial* de hoje. Eu até, deputado Heraldo Rocha, fiquei feliz pensando que o *Diário Oficial* não tinha incorporado as propagandas mentirosas do governo Jaques Wagner. Mas, infelizmente, o *Diário Oficial* - DO, temos de tratá-lo como “dm - diário das mentiras.”

Deputado Paulo Azi, aí vem o texto: “*A Bahia continua sendo um grande polo de atração de investimentos, apesar da crise financeira*”. Aí eu pergunto: qual foi a indústria, exceto a Processadora de Grãos do Oeste, de algodão, que o governo Jaques Wagner trouxe? Eu desafio qualquer deputado do governo a subir nesta tribuna e dizer o nome da indústria, exceto a Processadora de Algodão do Oeste, que este governador trouxe.

Aí vamos ver, deputado Heraldo Rocha: só neste ano o número de empresas que procuram áreas do Estado para instalar suas fábricas cresceu 88% em relação a 2008. Claro, cresceu, porque no ano passado não teve nenhuma. No ano passado teve muitas viagens, o governador viajou pelo mundo todo com nosso dinheiro dizendo que ia trazer indústrias e não trouxe nada, é por isso que aqui diz que são 88% a mais.

Agora, o estranho, deputado Luiz de Deus, é que o IBGE publica que no primeiro semestre de 2009 caíram 16% dos investimentos em nosso Estado. Não sei quem está mentindo, quem está mentindo se é o IBGE ou o “diário das mentiras - dm”, que traz esses 88% na sua primeira página.

E vamos mais: “(...) *Já foram autorizadas as assinaturas de 94 cartas de opção nos últimos seis meses...*” – eles já estão contabilizando – “(...) *o que significa a entrada em igual número de investimentos de R\$ 1,6 bilhão, com geração de 8,5*

mil postos de trabalho.”

Isto aqui é carta de intenção. Mas de intenção o inferno está cheio, deputado Heraldo Rocha. É uma balela! Você não pode computar investimento e geração de postos de trabalho considerando carta de intenção, que pode acontecer ou não. É mais uma mentira do governo Jaques Wagner. É mentira! Como você pode computar investimento e emprego, se não foi instalada nenhuma indústria?

E acho, deputado João Carlos Bacelar, que eles estão contabilizando a Ford, que César Borges trouxe; a Bridgestone, a Chemical, a Nestlé, a Ibicuar Alimentos, que foram inauguradas por Jaques Wagner, mas foi Paulo Souto quem as trouxe. Ou seja, estão contabilizando esses investimentos e esses postos de trabalho.

Quero dizer aos deputados governistas que não vai ser dessa forma, com mentira, se autoenganando, que eles vão tirar a Bahia desta crise, deste modelo falido de administração. Não é com mentira que vão conseguir que a Bahia deixe de perder todos os investimentos para Pernambuco. Comecem a trabalhar para ver se começam a recuperar o tempo perdido.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero me solidarizar com a Polícia Militar. E digo ao governo do Estado: pare de mentira e arregace as mangas para trabalhar!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, meu caro Líder do governo, deputado Waldenor, sempre fui seu amigo, por isso tenho pena do trabalho que V.Ex^a vai ter agora neste segundo biênio.

Depois de contar com uma base de quase 48 deputados, entre os quais os integrantes do valoroso PMDB – partido que apoiou o governador Wagner desde a eleição por acreditar nele, mas agora, decepcionado, abandonou o barco do governo –, agora V.Ex^a contará com uma Bancada construída com o puro fisiologismo.

Na verdade, a prática desde governo se revelou totalmente contrária ao discurso que V.Ex^{as} faziam no passado. Secretarias de Estado, cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões foram usados no balcão de negócios, numa verdadeira galinha-gorda em os currículos das pessoas não são analisados para se verificar a capacidade técnica para integrar o primeiro escalão do Estado.

Costumava vir a esta tribuna, deputado Paulo Azi, para dizer que este é o governo W-2 – o W-1 foi o do Dr. Waldir –, com a mesma letargia, a mesma incompetência, a mesma moleza, a mesma falta de compromisso com o Estado, mas tenho que pedir perdão ao Dr. Waldir, porque este governo é muito pior do que o dele. Dr. Waldir, pelo menos, era adversário do presidente da República, o governador atual, entretanto, é o contrário, ou seja, é amigo pessoal do presidente da República, que tem altos índices de aprovação. E a gente aqui, vizinho de Sergipe e de Pernambuco, a assistir a pesquisas de opinião mostrando os governadores de ambos os estados com altos índices de aprovação do seu governo e a ver o nosso atual

governo a despencar pelas tabelas, numa crise de gestão sem precedentes que levou o Estado à falência.

Sábado, à tarde, estive no distrito de Lajes dos Negros, região mais pobre da minha terra, que fica a cem quilômetros de distância, para onde consegui, deputado Joelson, no governo Paulo Souto, o ensino a distância, com a implementação do Ensino Médio para a população mais pobre. Que pena constatar, contudo, que os professores não estão indo dar aulas, porque estão há seis meses sem receber seus salários; que o transporte escolar, deputado Joelson, não está sendo pago há 6 meses, e pessoas que transportam os estudantes devendo aos postos de gasolina. Uma parte delas transporta os estudantes e outra não! E o ex-secretário de Educação Adeum Sauer, que foi elogiado pelo governador quando saiu, teve a coragem de não assumir a culpa, que não era dele, embora até pensássemos que era. Ele foi leal ao governador e em nenhum momento se queixou. Quando foi acusado de incompetente e de ter levado à falência a Educação na Bahia, o secretário não teve outra forma de reagir a não ser dizer a verdade. Mostrou que faltam professores nas escolas, que o transporte escolar é muito ruim, que não são repassados recursos para os municípios e que não lhe foram dadas as condições mínimas de poder gerir a Educação como deveria. E o resultado é a falência completa dela.

Fico com pena de V.Ex^a, deputado Waldenor, bacharel, ex-reitor, porque sei o apreço, o carinho que tem pela Educação e vê-la, na Bahia, descendo ladeira abaixo, faltando professores nas escolas. Vejo aqui policiais militares e conheço a realidade das companhias de polícia do interior, que, há cinco anos, recebiam cinco mil reais para o combustível das viaturas, deputado João Carlos Bacelar, e, com a redução de 25%, de maio para cá, estão recebendo R\$ 4.500,00. Como combater a criminalidade, como, com esse investimento que o governo faz? Logo o resultado é este: o governador despenca nas pesquisas de opinião!

Disse aqui, na semana passada, e vou repetir: o governador Wagner, graças a Deus, nem sequer vai para o segundo turno, se se mantiverem as três candidaturas ao governo do Estado!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao próximo orador, queria dizer que o prazo-limite para indicação dos nomes para compor as comissões seria hoje. Tendo em vista que é público e notório que houve uma decisão do Tribunal de Justiça, até conversei por telefone com a própria presidenta, queria comunicar a esta Plenário que vou estender esse prazo, porque, se for cumprido hoje, e chegar o acórdão amanhã, vamos ter que voltar à estaca zero, novamente.

Então gostaria de contar com a compreensão dos Líderes, para que contássemos esse prazo a partir de amanhã. Seriam três sessões a partir de amanhã, e, quando o acórdão chegar, provavelmente hoje, porque até tive com a Presidente, e ele está sendo agilizado para que o Parlamento não fique com as comissões paradas...

Gostaria de comunicar que vamos contar o prazo de três dias, três sessões a partir de amanhã – quarta-feira, quinta-feira e segunda-feira como prazo máximo –, e até quinta-feira comunicarei qual foi a decisão do Tribunal de Justiça. As informações que temos é que a liminar foi considerada nula, se assim o foi, volta o estado antigo feito pelo Parlamento baiano, ou seja, com os deputados seguindo o Regimento Interno. É óbvio que a decisão vai ser no acórdão.

Proponho que façamos essa extensão a partir de amanhã, quarta-feira, quinta-feira e segunda-feira, se houver sessão. Até as 17h de quinta-feira, aguardarei as indicações. Parece-me, pelos cálculos, que há uma modificação. Indicarei os líderes, e a Secretaria da Mesa vai informar aos líderes quais são os blocos partidários. Parece-me que Casa hoje temos a Liderança da Maioria, a Liderança da Minoria e dois blocos teoricamente tidos como independentes – o PMDB e o PR. Então, fica decidido que vamos aguardar até as 17h de segunda-feira as indicações. Nesse intervalo, mandarei para os líderes partidários qual foi a decisão do Pleno. A princípio, as informações que passaram são as de que a liminar foi considerada nula, porque o Tribunal entendeu o pleito da Casa e fez os embargos. O acórdão é que vai decidir.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi, por favor.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, só para esclarecer. V.Ex^a, então, já define que o prazo máximo será até segunda-feira, independente do que vier do Tribunal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O prazo máximo é segunda-feira. O que vier do Tribunal seremos obrigados a cumprir.

O Sr. Paulo Azi:- Mas não alteraria o prazo para a indicação dos membros da comissão. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não alteraria. É isso que estou propondo, a não ser que não haja sessões. Se houver sessão amanhã, quinta-feira e segunda-feira, o prazo máximo será até as 17h de segunda-feira; se não houver, claro que será até terça-feira. Então, pelo Regimento, são três sessões. Agora, o cálculo será fruto do acórdão, e a sua decisão não depende do presidente nem do Plenário. Decisão judicial somos obrigados a cumprir. Apenas as informações... mas o nobre Líder da Minoria já dá uma informação diferente, e eu prefiro acreditar em V.Ex^a de que não foi anulada.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, com o maior prazer.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não tenho a experiência de V.Ex^a no Tribunal de Justiça nem sou desembargador ou advogado, mas o que tenho conhecimento de informações através da nossa assessoria jurídica, Sr. Presidente, é de que o embargo declaratório, a que foi dado entrada pela Procuradoria da Casa, teve uma votação de 13 a 11 e foi redistribuído para nova análise e designação de um novo relator. Então, não foi anulado. V.Ex^a, talvez, na angústia ou na ansiedade de que seja anulado... foi redistribuído. Espero que o Tribunal analise novamente o nosso mandado de

segurança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nobre deputado Heraldo Rocha, se a assessoria jurídica de V.Ex^a tem essas informações privilegiadas, quero registrar que o procurador geral desta Casa e o outro procurador que acompanharam a sessão deram-me a informação de que, tendo em vista que foi votado com menos de 2/3, ou seja, matéria constitucional não pode ser votada com menos de 2/3, na preliminar, a liminar foi considerada nula. Quando chegarem esses embargos, deputado Heraldo Rocha, se V.Ex^a tiver razão, pode ter certeza de que cumprimos, como sempre cumprimos, as decisões judiciais.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Azi.

O sr. Paulo Azi:- Quero esclarecer, Sr. Presidente, que, pelo que tenho conhecimento, não foi a liminar que foi considerada nula, o mérito do processo foi julgado. Não cabia liminar. O mérito do processo foi julgado, e a decisão, pelo que entendo, foi anulada, mas a decisão do mérito não da liminar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso aí eu garanto a V.Ex^a com certeza... Permita-me falar. Inicialmente o Bloco da Oposição ganhou uma liminar...

O Sr. Paulo Azi:- A liminar foi negada, Sr. Presidente. A juíza negou a liminar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Inicialmente, a juíza negou a liminar, o procurador do Ministério Público deu parecer favorável à Assembleia, o relator, também, o primeiro desembargador pediu vista à Assembleia, ou seja, negou a liminar. O desembargador Eserval Rocha pediu vista e concedeu a liminar, não julgou o mérito, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, liminar não é votada pelo Pleno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com certeza, é, quando se dá a liminar recorre-se para o Pleno, deputado. O deputado Heraldo Rocha conhece muito mais do que nós porque o assessor jurídico dele... O mérito não foi julgado, a liminar foi negada, V.Ex^{as} recorreram da negação da liminar...

O Sr. Paulo Azi:- Mas o processo continuou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não foi julgado o mérito ainda, não. O deputado Gildásio Penedo que acompanhou o Pleno, a liminar não foi negada. Os embargos virão, pode ter certeza. Deputado Gildásio Penedo, V.Ex^a quer um aparte. Deputado Paulo Azi, eu vi num *blog* uma entrevista de V.Ex^a dizendo que o mérito não foi julgado. Eu gostaria de que V.Ex^a esclarecesse, deputado Gildásio, já que é advogado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Longe de mim essa pretensão, Sr. Presidente, mas acho que o deputado Paulo Azi tem razão. Na verdade, os embargos declaratórios são instrumentos jurídicos de que a parte se socorre, deputado Misael, me ajude, para esclarecer justamente a decisão. O intuito é justamente esse, a liminar foi negada pela juíza Maria de Lourdes Medauar Pinho, o Dr. Eserval, ao pedir vista do processo, apresentou um voto dissidente que chegou a ser julgado pelo Pleno, sendo exitoso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas é liminar.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- A Assembleia entrou com um embargo declaratório alegando uma preliminar no sentido de que era matéria de ordem constitucional e o Tribunal só poderia deliberar com o quórum qualificado de dois terços. E aí o que me parece, é esse o sentimento, que o Tribunal acatou essa preliminar, e efetivamente acata, se isso for acontecido levando por água abaixo toda a decisão. Agora, liminar, efetivamente, não houve, a liminar foi negada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, se o mérito tivesse sido julgado, V.Ex^a já teria recorrido para Brasília, e não para aqui para Salvador. V.Ex^a não ganhou no mérito, foi nula a decisão, deputado. Mas vamos aguardar o acórdão. Se V.Ex^a tivesse ganho no mérito, nós recorreríamos para Brasília. V.Ex^a é advogado, vou me curvar.

O Sr. Zé Neto:- Na verdade, eu ia pedir a V.Ex^a que começássemos os trabalhos porque volta ao que estava anteriormente à solicitação feita pela Oposição. A Oposição está criando um fato novo, está criando uma invenção nova. A Justiça já corrigiu uma, vamos para adiante.

O Sr. Capitão Tadeu:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É sobre o mesmo assunto, deputado.

O Sr. Capitão Tadeu:- Sr. Presidente, queria sugerir a V.Ex^a que esse assunto fosse discutido com a assessoria jurídica de cada Bloco junto com a Mesa da Assembleia Legislativa e que déssemos continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, esse assunto, V.Ex^a pode ter certeza que é muito importante, porque é a decisão das comissões, temos que ter paciência. Deputado Paulo Azi, V.Ex^a tem razão. O mérito foi julgado, consultei agora o procurador jurídico e foi nulo o mérito, ou seja, volta para a preliminar. Apenas para esclarecer, primeiro a juíza substituta Medauar negou, V.Ex^{as} recorreram, o procurador deu parecer favorável à Assembleia, o primeiro que pediu vista foi o desembargador Clésio Rosa, continuou negando; o desembargador Eserval Rocha pediu vista, venceu, salvo engano, por 10 a 11, nós recorremos e foi julgada inclusive a preliminar. Quando se julga a preliminar o processo volta à estaca zero. Mas isso será no embargo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores nas Galerias e na televisão que acompanham esta sessão, a Bahia tem assistido nos últimos dias à prática do fisiologismo declarado como nunca ocorreu em nosso Estado. Perdeu-se a compostura. Perdeu-se a vergonha. Instala-se um verdadeiro balcão de negócios à luz do dia. Aliás, neste aspecto, deputado João Carlos, só nele, este governo efetivamente é transparente. À luz do dia, repito, negociam-se os cargos, deputado Luiz de Deus, negociam-se os orçamentos das secretarias. Nunca, na história deste Estado, presenciou-se a compra descabida de partidos políticos utilizando-se da estrutura do governo com fins exclusivamente eleitorais.

E aqui grande expediente vejo diariamente: hoje são os policiais, ontem foram os professores a se queixarem! Sabem por que este governo não tem a atenção, a educação e a humildade de tentar reconhecer os compromissos que assumiu na campanha eleitoral com vocês? É porque ele não se preocupa com a administração, não se preocupa com a gestão pública e não se preocupa em melhorar a qualidade dos serviços públicos que são prestados à população.

Este governo só se preocupa, única e exclusivamente, com a negociação política pensando que é isso que vai mantê-lo no poder. Está enganado! Isso não vai mantê-lo no poder! Pelo contrário! A falta de respeito com a nossa população e o não cumprimento dos compromissos públicos assumidos, seja com o funcionalismo público ou com o povo da Bahia, haverão de levá-lo à derrota em 2010!

E em 2011, deputado Heraldo Rocha, a Bahia vai ter conhecimento, aí sim, de uma herança maldita. Nós vamos receber este Estado destrozado, destruído e com as suas contas públicas desorganizadas. O funcionalismo público, quase na sua totalidade, está insatisfeito e sentindo-se traído. Então vai precisar de muito trabalho, vai precisar de muita competência para que este Estado volte a trilhar o caminho do desenvolvimento, o caminho da justiça. Mas, acima de tudo, este Estado vai voltar a falar a verdade, a ser sincero, a dialogar com a população, sem escamoteio, sem mentiras, mas, acima de tudo, visando ao bem da nossa querida Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Grande Expediente

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Gaban, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos visitantes que nos honram com a sua presença, as Galerias cheias, imprensa presente, meus caros Líderes da Maioria e da Minoria e do Bloco Independente, respectivamente, Waldenor, Heraldo Rocha, Leur Lomanto Júnior, este é um momento de reflexão, e merece uma atenção desta Casa Legislativa os procedimentos que deveremos adotar daqui para frente, em relação ao poder de fiscalização desta Casa Legislativa, até porque, agora, Capitão Tadeu, temos até o número regimental para solicitar a instalação de uma CPI, se isso for necessário.

Entretanto, temos que analisar que as coisas não ocorrem por acaso. Acompanhando, com enorme preocupação, sobretudo as últimas semanas, as negociatas que estão sendo feitas com um único objetivo: a reeleição do governador Wagner. Não se contesta, em momento algum, a competência das pessoas para vir, mas sim o apoio político que alguns partidos poderão dar. Chega-se ao cúmulo de exigir que o presidente de um partido, o PDT, aceite ser secretário de Estado, cargo que, no passado, seria uma distinção, uma honra para quem o exercesse devido à tamanha importância dele. Neste momento, o presidente do PDT não aceita o cargo,

porque sabe que o ocuparia apenas por sete meses em razão do período de desincompatibilização para concorrer, nas próximas eleições, a um cargo, seja ele qual for, majoritário – deputado federal, por exemplo –, e assim assim por diante. Isso tudo mostra, deputado Waldenor, a despreocupação com a gestão do dinheiro público.

Vamos retroagir a oito meses Foi quando subimos a esta tribuna e denunciemos o caos financeiro que o Estado estava enfrentando, com a preocupação de que todos os demais estados brasileiros tinham em combater a crise, a queda da arrecadação, manter os empregos e aumentar da arrecadação do Estado – e aqui não se fazia nada. Em resposta a essa denúncia, o secretário Carlos Martins convocou a imprensa escrita, falada e televisiva para uma coletiva e apresentou, deputado J. Carlos, presidente da sessão, uma informação irreal de que a Bahia tinha um bilhão de reais em caixa, descontados os restos a pagar e os compromissos a médio prazo.

Subimos, de novo, à tribuna e denunciemos que essa informação era não era verdadeira, era mentirosa, uma inverdade. Voltamos para dizer que a verdade era que não eram recursos do Tesouro do Estado, mas do Fundeb, dos convênios, da saúde, da educação, e não do Tesouro, como dizia.

Lembro-me de que vários parlamentares subiram a esta tribuna para dizer que eu estava muito mal informado, muito mal assessorado. Voltei, outras vezes, para dizer que quem estava mal assessorado era quem não apresentava dados completos, concisos. Eu me fundamentava sempre no Sicof Gerencial, instrumento que tenho acesso. Não o acesso que gostaríamos de ter para analisar com profundidade as contas do dia a dia, mas nos dava os elementos necessários, *grosso modo*, para constatar a inconsistência dos números apresentados.

Fomos forçados, com muita tristeza, a solicitar, através da Comissão de Finança e Orçamento, uma auditoria especial nas contas do último quadrimestre de 2008 do governo, porque ali ele havia cancelado empenhos já liquidados, colocando em enormes dificuldades os secretários de estado, que terão as suas contas analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Mas isso não adiantou! O governo continua insistindo na inverdade. Carlos Martins continua plantando notícias na imprensa dizendo que a saúde financeira do Estado é confortável.

Vieram então os empresários que desde setembro não recebiam – e ainda não receberam – o dinheiro que o Estado lhes deve. O governo fez a promessa de que em março pagaria. Eu disse que não pagaria. Depois o governo disse que em junho pagaria. Mas uma vez afirmei que não pagaria. Em seguida, o novo secretário do Planejamento, Walter Pinheiro – coitado de Walter, deram uma informação errada a ele! –, assumiu o compromisso, em nome do governo, de que não iniciaria 1º de julho sem que todos os débitos do governo fossem quitados. Novamente afirmei que não pagaria. E não pagou! Faz-se uma reunião com todos os empreiteiros, estabelece-se um prazo de até 14 de julho. Também não foi cumprido. Mas não poderiam cumprir, deputado Capitão Tadeu. Por que não? Porque este Estado tem a letargia nas suas ações.

Vemos que todos os estados tomaram medidas para aumentar a arrecadação. O que fez o governo da Bahia? Antecipou receita do Fundeb; tentou, de maneira

irregular, antecipar recursos da Petrobras. Denunciamos! Não conseguimos colocar na imprensa local da maneira que queríamos, então denunciamos na *Folha de S. Paulo*, que deu destaque. Virou matéria dos noticiários e de todas as emissoras de televisão. A Petrobras recuou. E aí o governo, de uma maneira escabrosa, Edita um projeto, que não tem nada a ver com arrecadação, de duas folhas.

Estava embutido ali que estava recuando da decisão tomada através de um decreto irregular. Mas teve de voltar atrás, tendo em vista que a maneira como queria pegar o dinheiro era irregular, pois não poderia antecipar recursos da Petrobras. E continuamos cobrando. E o governo responde de que forma? Faz um convênio com o Estado de São Paulo para que se tenha – até louvável essa ação, deputado Waldenor – um combate mais efetivo à sonegação de alguns produtos, como os farmacêuticos, por exemplo, e assim o Estado comece a receber dinheiro na fonte, lá em São Paulo, que é o grande fornecedor.

Só que isso é inócuo! Vai dar o quê? Uma renda de R\$ 6 milhões por mês. E a letargia, a inação continua! Desde novembro deveria estar tomando providências. O que adiantarão 6 milhões na arrecadação estadual mensal, se o Estado gastou, em todos os meses deste ano, muito mais com a folha de pessoal do que arrecada o ICMS? É um descontrole total das contas! Como é que você gasta com a folha de pessoal mais do que arrecada? E o governo parece insensível a isso. São 320 milhões a mais! De janeiro a julho, o governo do Estado da Bahia gastou com a folha de pessoal mais do que arrecadou o ICMS.

Mas, para a nossa tristeza, isso por si só não é suficiente. Vemos que a Bahia, que já foi referência nacional em termos de Secretaria da Fazenda, depois que o secretário Carlos Martins engessou a Sefaz politizando os cargos... Agora, o critério para exercer um cargo de confiança nessa Pasta não é a competência, é o partido a que pertence. O Sindsefaz está mandando lá dentro, tanto é que fez com que esta Casa aprovasse um projeto inconstitucional, tirou atribuições privativas dos auditores fiscais do Estado que entraram através de concurso público, quando foi exigido nível superior de escolaridade. Transferiu parte de suas atribuições para os agentes de tributos, que entraram também através de concurso público quando foi exigido o nível médio de escolaridade.

Nós alertamos à época que não poderia. houve um caso idêntico do Ceará que foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal no dia 28 de dezembro e que considerava inconstitucional essa medida.

Mas não adiantou, passou-se o rolo compressor aqui nesta Casa que se dizia governo é democrático, transparente e republicano, mas impõe; colocou os assessores aqui para pressionar os deputados a votarem um projeto inconstitucional. Já havia um parecer do Ministério Público Federal pela inconstitucionalidade. E é óbvio que será inconstitucional.

Mas o desastre a gente vê em tudo. Desde o dia 1º de julho que este projeto inconstitucional que nós aprovamos fez com que 100 auditores fiscais de trânsito estejam recebendo dinheiro para exercer as suas funções. Não têm atribuição e nada podem fazer. Estão parados 100 auditores fiscais de trânsito.

Pior. Os agentes de tributos não têm competência para fiscalizar o pretérito. E nós vemos a Bahia, deputado Heraldo Rocha, como o último estado do Nordeste em crescimento de arrecadação no ano de 2009.

Isso é uma vergonha para a Bahia, que já foi referência nacional e não para por aí. Minha querida deputada Virgínia, a Bahia é o penúltimo estado da Federação em crescimento de arrecadação no primeiro semestre de 2009. Mesmo com a crise que o secretário Carlos Martins quer justificar, ao invés de justificar a sua incompetência para administrar o dinheiro público, ele coloca uma crise.

Mas será que a crise só afetou a Bahia, que é o último do Nordeste? que faz parte dos 3 Estados onde caiu a arrecadação de 2009, quando comparada com o primeiro quadrimestre de 2008? Qual foi o que caiu mais? O antepenúltimo, Amazonas; penúltimo, a Bahia; e terceiro Minas?

Mas veja se em Minas Gerais ou no Amazonas tem fila de empreiteiros para receber dinheiro atrasado. Não. Tanto no Amazonas quanto em Minas Gerais, pagamento rigorosamente em dia.

Vejam se em Minas ou no Amazonas têm escolas fechando, não só na capital como no interior porque o secretário de Educação não pagou às empresas de limpeza e os diretores foram obrigados a mandar os alunos para casa.

Vejam se nesses outros 2 Estados onde caiu a arrecadação em 2009 vemos 7 mil alunos universitários que prestaram concurso para entrar na universidade, e o que aconteceu? Aumentaram o número de cursos, e o secretário de Educação, a quem muitos vieram a esta tribuna defender como um secretário exemplar, e agora, quando ele saiu, ninguém teve a coragem de defendê-lo de peito aberto, como defendiam. Saiu como incompetente, palavras do próprio governador, porque não cumpriu com nenhuma das metas. Mas alunos prejudicados nós vemos com enorme tristeza.

Foi usado contracheque da gloriosa Polícia Militar na campanha do então candidato Jaques Wagner dizendo que o salário é, como efetivamente é, irrisório. Mas agora não assume os compromissos para pagar um salário digno.

O que fez para a Polícia Militar? Fez um grande serviço: mudou as cores históricas das viaturas, que sempre serviu de bandeira para a nossa gloriosa Polícia Militar; ao invés de gastar o dinheiro para comprar os coletes, as armas necessárias, a Secretaria da Fazenda constrói um prédio de 3 milhões de reais.

Está aí lícito para implantar em Correntina um posto de fiscalização. Ninguém é contra posto de fiscalização, mas somos contra a inoportunidade do momento. A favor da correta aplicação do dinheiro público. E não é isso que vemos.

O Sr. Heraldo Rocha: V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Está inscrito, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Está inscrito, deputado João Carlos Bacelar.

Se analisarmos a posição, o secretário, mais uma vez, faltou com a verdade. Ele veio dizer há poucos dias que a Bahia estava no seu patamar histórico de 4,5% da arrecadação do ICMS nacional, e isso é mentira, é mais uma mentira. Não podemos ficar calados!

A Bahia teve o seu ápice de participação do ICMS nacional em 2004, quando atingiu 5,2% da arrecadação do ICMS nacional. No final de 2006, quando o então governador Paulo Souto entregou o destino da Bahia para o atual governo, o Estado tinha 5% do ICMS nacional, e agora Carlos Martins diz que 4,5% é um valor histórico. Isso é mentira! Sabe o que 4,5% significa, deputada Maria Luiza? Significa que retroagimos 12 anos, voltamos a 1997, quando a Bahia teve o seu pior índice, que foi 4,5%.

Se analisarmos que a previsão de arrecadação do ICMS no Brasil para o ano de 2009 é de 230 bilhões, a queda de 0,5% de arrecadação do Estado, no atual momento, significaria deixar de arrecadar, neste ano, um bilhão e cento e cinquenta milhões.

Isso é uma incompetência, porque esse dinheiro poderia estar sendo utilizado para pagar um salário digno para a Polícia Militar, ou para que a Bahia não fique servindo de manchete nacional porque as pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais por falta de atendimento. Com esse dinheiro injetado no nosso Estado, não haveria manifestação dos professores e alunos em Feira de Santana para que tenha professores nas escolas, não precisaria da manifestação de centenas de diretores de escola dizendo que não tem professores para ministrar aulas para os alunos. Eles estão utilizando estagiários, deputado Waldenor, para dar aulas aos alunos.

Que futuro queremos para a juventude, se colocamos pessoas despreparadas sem o nível universitário exigido para dar aulas para essa querida juventude, para esses jovens baianos?

Fala-se muito em assistência social, e isso é importante, mas precisamos de uma política para que o povo não precise sobreviver de cesta básica ou de qualquer outro tipo de benefício do governo federal. Esses benefícios são muito bem vindos em momentos emergenciais, mas não precisamos e não queremos ficar apenas nessa dependência.

Fico triste quando vejo que a renda *per capita* do Nordeste cresceu em razão dos auxílios, tais como bolsa-escola, bolsa-renda, bolsa-família. Quero ver a renda *per capita* do Nordeste e da Bahia crescer através de oportunidades de emprego e renda. Fico triste quando vejo o Governo querer noticiar e colocar em manchetes, usando a força que tem na mídia, para dizer que em Camaçari a Daw Química deu mais 150 empregos.

Deputado J. Carlos, gostaria de ver manchetes como essas aqui que dizem: “Com investimento de R\$ 65 milhões PRODETUR beneficia 11 obras no Recife.”, “Paraíba anuncia 17 indústrias, 1.616 empregos e R\$ 150 milhões de investimentos”, e isso em plena crise! Gostaria de ver a Bahia em manchetes, tais como essas: “Investimento de R\$ 550 milhões e Ceará ganha novo parque eólico”, “Investimento de R\$ 65 milhões do programa promete melhorar a saúde”, essa última notícia da cidade de Belo Horizonte, “Alcanorte inicia atividades em 2010 no Rio Grande do Norte”, e “Minirreforma aumentou a arrecadação no Paraná”.

E na Bahia o que vemos? Loteamento de cargos. Não se fala em nenhuma reforma para melhorar arrecadação. O que vemos é o loteamento de cargos visando a reeleição do governador.

O Sr. Zé Neto:- Não diga isso, deputado.

O Sr. GABAN:- Loteamento de cargos com o único objetivo... Quando a Bahia, deputado Zé Neto, é a última em crescimento de arrecadação do Nordeste e a penúltima do Brasil, em 2009.

Trabalham, ou melhor, brincam com os cargos públicos oferecendo posições para terem retorno, apoios políticos. Impondo, colocando deputado federal para assumir secretaria, tentando impor a outro que não se dispôs a estragar o nome que ele teve e tem pelo trabalho que fez, mas sei que ele está lá em Brasília na área de educação, Severiano não iria aceitar um cargo por sete meses para se descompatibilizar e nada fazer.

São com ações desse tipo que nós ficamos tristes. Eu ficaria muito satisfeito, deputado Waldenor, se pudéssemos ter aqui, por exemplo, a transferência de recursos através de convênios como o estado de Recife teve. Senão vejamos, esse número eu não tenho de cabeça, vou fazer uma pequena consulta. Nas transferências constitucionais, no mês de julho, quando o secretário Carlos Martins, ignorando mais uma vez e mostrando que não conhece a pasta que está gerindo, disse que a Bahia teve um crescimento no mês de julho de 1.12% da arrecadação comparado com o mesmo período de 2008.

Se nós colocarmos, deputado João Bacelar, a inflação do período, que foi 4,5, na realidade a Bahia caiu novamente sua arrecadação em 2009 em relação a 2008. Mas mesmo se desconsiderarmos a inflação, teve um crescimento de 10 milhões em julho de 2009 com referência a julho de 2008, estou falando agora de valores nominais. Só que as transferências constitucionais, deputado Waldenor, desse mês de julho decresceu na Bahia em torno de 63,5 milhões.

Repito, as transferências constitucionais decresceram e vou até dar esses números para quem ainda não os conhecem: FPE, o decréscimo em julho foi de 32,616 milhões; no IPI Exportação, 8,086 milhões; da LC 87/96, menos 75 mil; CIDE, menos 5, 596 milhões; do Fundeb, menos 17,167 milhões.

Vamos falar da competência, que nem nisso a Bahia está sabendo utilizar, deputado. Ninguém nega aqui a amizade pessoal do governador Wagner com o Presidente da República, mas nem essa amizade tem ajudado a Bahia. Primeiro vamos ao mérito, para transformar o prestígio de uma amizade em obras para o Estado, teria que ter projetos e para isso precisamos ter equipe, senão nada se faz. E a Bahia é o último Estado do Nordeste, deputado Zé Neto, em termos de transferência *per capita* do governo federal. Pernambuco tem duas vezes mais volume de transferência *per capita* do que a Bahia. No Brasil, a Bahia está no 22º lugar em termos de transferência *per capita* do governo federal para o governo da Bahia.

Se o presente é incerto pela incompetência gerencial do quadro de administradores que o governo Wagner colocou, o futuro é muito pior. Sabe por quê, deputado Zé Neto? Porque o estado de Pernambuco tem duas vezes mais transferências através de convênios do governo federal. E sabe o que tem lá? Um porto dos mais modernos existentes no mundo já em fase de construção; tem uma refinaria que está sendo construída, e quando a refinaria estiver concluída, sabe o que

vai acontecer? Muito mais moderna do que a nossa aqui. O porto, muito mais próximo da Europa e com a estrutura muito melhor do que a do nosso. Ficará a Bahia imprensada entre o Rio e o Recife, com um porto mais moderno, equipamentos totalmente modernos e sofisticados, uma refinaria de alta tecnologia numa posição estratégica e com a Europa muito mais próxima. A Bahia vai ficar entre o Recife e a potência do Rio de Janeiro.

Veja a herança que nós temos, deputado Luiz de Deus, para daqui a 1 ano e meio. A Bahia é a última do Nordeste em crescimento de arrecadação e a penúltima do Brasil. Hoje mais 2 estados fizeram anistia fiscal. É a única saída que o governo tem, pois está gastando mais, repito, com folha de pagamento do que arrecada com ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, eu concluo muito triste dizendo que a Bahia está em péssimas mãos. E no momento em que poderíamos, com a saída do PMDB da base do governo, fazer uma reforma administrativa para que pudesse, sim, dar um novo impulso à economia e tirar a posição vergonhosa de último Estado do Nordeste, vemos o governador leiloando cargos como se fosse na iniciativa privada, como se fossem seu bem pessoal para que isso viesse ou venha a lhe dar um ganho político nas eleições de 2010.

Mas o povo está atento, e a Bahia sofrida por falta de investimento e visão administrativa e gerencial que possa aumentar a nossa arrecadação e não deixar os empreiteiros preocupados e a população sem segurança, com mais de 100 delegados a serem contratados, sem falar na falta de professores universitários e nos hospitais com filas para atender gente morrendo. E a Bahia sofrendo!

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por 3 minutos o deputado Álvaro Gomes e por 7 o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra por até 3 minutos ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, pedirei inicialmente para inserir nos Anais desta Casa o editorial do *Portal Vermelho* www.vermelho.org.br, do Partido Comunista do Brasil.

A jornada de 40 horas semanais é uma luta dos trabalhadores, uma proposta do atual senador Inácio Arruda, apresentada 14 anos atrás, e que precisa ser votada o mais rápido possível. Por isso, existe uma luta intensa em todo o País. A última jornada, no dia 14, foi pela redução do período de trabalho e, sem dúvida nenhuma, vai gerar aproximadamente 2 milhões de novos empregos. Portanto, reforço o meu pedido de inserção nos Anais dessa matéria do *Portal Vermelho*.

Queria saudar a todos os presentes, entre eles os policiais militares e demais

companheiros e companheiras que estão nas Galerias Paulo Jackson, dizendo que o governo tem tido sensibilidade neste processo negocial. Percebemos o avanço à medida que o governo tem atendido diversas reivindicações. É mais do que justa a luta por melhores salários e condições de trabalho.

Naturalmente, quando o governo assumiu, boa parte do funcionalismo público ganhava um salário inferior ao mínimo, e esse problema foi resolvido. Mas outros problemas também precisam ser resolvidos. Os policiais desenvolveram um movimento reivindicando melhores condições salariais e de trabalho, sendo que parte dessas reivindicações foi atendida e o governo continua mantendo este processo de diálogo com a Polícia Militar.

Foram 3.200 policiais nomeados e mais 3.200 serão nomeados. Isso significa melhores condições de trabalho para os policiais. Quinhentas viaturas foram adquiridas e mais de 3 mil coletes à prova de balas. Isso tudo foram reivindicações dos policiais que foram atendidas. Já foi iniciado o curso de formação para que os policiais possam conduzir as viaturas.

Então, o governo atendeu a muitas reivindicações dos policiais. Evidentemente que a questão salarial é uma pendência que ainda existe. Mas, no que diz respeito às reivindicações básicas de melhores condições de trabalho quase todas foram atendidas, mostrando um amadurecimento do movimento, do governador Jaques Wagner, do comandante, do secretário da Segurança. Nós precisamos avançar mais, pois é preciso que os policiais tenham melhores condições de trabalho e de salário para que possamos ter uma segurança pública eficiente que venha atender a toda a população.

Eu queria dizer que é importante manter esse diálogo. O movimento e o processo de negociação não se esgotam aqui. Eles continuarão e sem dúvida nenhuma nós teremos frutos positivos.

Portanto, eu quero parabenizar os policiais que tiveram a sensibilidade de fazer um acordo com o governador e ter as suas reivindicações atendidas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Gostaria de que os companheiros das Galerias não vaiassem o parlamentar. Mesmo discordando da posição dele, o Regimento não dá esse direito aos companheiros, hoje nas Galerias, de poderem vaiar. Sei que alguns não concordam com o ponto de vista do parlamentar, mas dentro do Regimento ele não pode ser vaiado.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao deputado Javier Alfaya pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, companheiros da imprensa que trabalham acompanhando a sessão de hoje, companheiros da Polícia Militar que se encontram aqui conosco, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Esta Casa é aberta à luta do funcionalismo do Estado e agora, especificamente, aos companheiros integrantes da Polícia Militar, com a ajuda do nosso colega Capitão Tadeu.

Minha saudação aos artistas e produtores que estão conosco, nesta tarde. Para que a imprensa possa ter mais clareza, como também os Srs. Deputados, temos aqui, deputado Fernando Torres, duas grandes movimentações; de um lado, os integrantes da Polícia Militar reivindicando a continuidade dos seus pleitos, com algumas das suas lideranças aqui presentes, e temos também a realização de uma manifestação convocada por mim, dando início a uma campanha que é parte de uma campanha nacional pelo estabelecimento na Constituição do Estado da Bahia de 1,5% para a secretária de Cultura da Bahia.

É uma luta nacional que vem desde a década de 70 e que agora ganhou corpo maior quando, em Brasília, se apresentou uma emenda constitucional estabelecendo os 2% para o Ministério da Cultura, 1,5% para a secretária de Cultura de cada Estado brasileiro e para Brasília e 1% para cada um dos quase seis mil municípios que integram a base da nossa República.

Portanto, esta Casa hoje brilha pela participação popular, seja pela presença dos companheiros colegas da Polícia Militar, seja pela presença de artistas, produtores culturais e outros agentes de cultura que estão aqui lutando para que seja criado, com mais consistência e solidez em nosso Estado, o Sistema Nacional de Cultura, em nosso território o Sistema Estadual de Cultura, que é um pleito que se aproxima daquele, guardada as devidas diferenças e proporções, da Polícia Militar. Estamos agora, companheiros e companheiras, na verdade, atacando velhos problemas deixados, na estrutura administrativa do governo da Bahia, pela administração anterior.

Quando era vereador, pude acompanhar várias manifestações da Polícia Militar e, um pouco antes da condição de vereador, a grande greve que ela fez, a qual foi reprimida pelos fuzileiros navais, redundando em uma ou duas mortes de colegas da Polícia Militar, no Largo da Calçada. O quanto a Bahia mudou desde o momento em que houve mobilização dos fuzileiros navais para barrar a movimentação dos companheiros da Polícia Militar em torno das suas justas reivindicações até o momento atual, no qual o governo, apesar de não ter atendido o pleito total dos companheiros fazem, tem feito um esforço para atender, ao máximo, a pauta apresentada pelo movimento!

Todos nós temos que ter claro que queremos a estruturação dos serviços públicos em todos os níveis para bem servir ao nosso povo. Isso vale para a Educação, a Saúde, a Cultura, para outras áreas de administração, e para a Segurança Pública, com toda a ênfase e destaque, em razão, evidentemente, dos gravíssimos problemas que temos no País no que diz respeito à violência, ao crime organizado ou aos crimes que se cometem comumente aqui, ali e acolá. Portanto, não podemos alcançar um patamar de vida melhor no País sem que se superem os altíssimos índices de violência que temos.

Somos o segundo país em assassinatos com arma de fogo no mundo e perdemos, eventualmente, para a Venezuela, que, com o Brasil, disputa a condição de país mais violentos do planeta no que diz respeito a homicídios com arma de fogo. Portanto, a nossa realidade, no que tange à segurança pública, é, evidentemente,

grave, complicada e merece uma abordagem tanto pontual e imediata como global e estratégica.

Acho que isso o governo Lula, num esforço, tem feito através do PRONASCI, convocando as estruturas vinculadas às Secretarias de Segurança de todo o Brasil para discutir uma política que articule a repressão, que é a tarefa fundamental da polícia, especialmente da Polícia Militar, a atividades de prevenção, vigilância, guarda dos diversos ambientes da nossa cidade, das estradas, em boa parte, e do interior, ao lado de outras estruturas militares, combinando isso com outras ações de cidadania, à medida que é evidente que todos concordamos que não pode haver tratamento do grande fenômeno da violência somente com a utilização do aparato policial. É necessário todo o serviço de inteligência e necessária toda uma atividade social, especialmente nas áreas onde é maior a probabilidade dos crimes, para poder atender melhor a nossa juventude e a nossa população, que se deixam, muitas vezes, seduzir pelo crime ou pela violência como um falso caminho para resolver seus problemas econômicos.

É nessa linha, companheiros, que nós do PCdoB entendemos o pleito dos prezados companheiros da Polícia Militar. Não só apoiamos esse pleito de vocês, mas também somos muito honestos, como sempre fomos na relação com vocês e com outros movimentos, entendendo as limitações financeiras e orçamentárias que existem no nosso governo.

Solicitei algumas informações, antes de falar – permita-me mais dois minutos, Sr. Presidente, para concluir uma informação importante –, e lembro que me foi passado, como informação precisa, que, do concurso realizado ainda pelo governo Paulo Souto, o governo atual incorporou 3.200 praças da Polícia Militar, e mais 3.200 entrarão em serviço, pois ainda estão fazendo curso, até janeiro de 2010, que chegou uma parte dos coletes reivindicados pelo movimento e que haverá curso para 190 condutores.

E é bom que os companheiros também saibam que outras 12 categorias do funcionalismo estadual tiveram seus planos de carreira aprovados por esta Casa, depois de 10, 15 anos de luta e reivindicação.

Lembro também que o tíquete-alimentação para a Polícia Militar era válido apenas aqui na capital. Hoje, em todas as cidades com mais de 50 mil habitantes os companheiros da Polícia Militar o recebem. Foram comprados 548 veículos.

São indicadores que não atendem plenamente, lógico, a reivindicação dos companheiros, mas é uma demonstração da boa vontade e do esforço que o governo do Estado tem feito para atender o pleito não só de vocês, mas da sociedade como um todo e dos Srs. Deputados e das Srs. Deputadas que integram a base governista.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Concluindo, Sr. Presidente.

No governo passado, deputado Fernando, V.Ex^a conhece muito bem essa realidade, uma boa parte do nosso professorado e dos companheiros da Polícia Militar não recebiam o salário mínimo nacional, realidade que mudou recentemente. Portanto, o pleito de melhoria salarial – como muito bem indica o companheiro que

está ali com o cartaz: “Queremos Salários Dignos” – também é nosso. É uma reivindicação que o PCdoB sustenta, é a vontade do Sr. Governador, entretanto há claras evidências de que isso é impossível de ser atendido imediatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado. O Bloco da Minoria está reclamando.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Concluindo, Sr. Presidente.

Mas o importante é que as negociações estão abertas e que há boa vontade do governador do Estado em continuar as conversas conosco, com a Subcomissão de Segurança Pública desta Casa, com o Capitão Tadeu e com outros deputados.

Estamos nesta luta para juntos encontrarmos uma solução a favor da segurança e da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Quanto mais rapidamente vier a melhoria da arrecadação de impostos, as soluções também virão...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...) Crescemos 7%. A nossa economia e a arrecadação de impostos voltaram a crescer a partir do início de maio. Quanto mais crescerem, melhor, pois teremos mais facilidade para atender o pleito dos companheiros e companheiras.

Salve a luta da Segurança Pública! Salve também a luta por 1,5% do Orçamento para a cultura do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o deputado Capitão Tadeu falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o combatente deputado Capitão Tadeu. (Palmas)

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, sociedade baiana, meus companheiros da Polícia Militar que marcam presença nas Galerias e no Salão Nobre; cumprimento todos aqui, principalmente meus companheiros que aqui estão por uma luta justa, por uma reivindicação antiga.

Neste momento, convocamos os policiais militares a virem para cá – vários companheiros do interior do Estado vieram em caravana – para protestar nesta Casa pelo não cumprimento da lei nº 7.145, a lei da GAP, que dá diversos direitos à tropa. Essa lei foi aprovada por este Poder em 19 de agosto de 1997, há 12 anos, e logo em seguida sancionada pelo governador Paulo Souto. Mas ele mesmo não a cumpriu. Depois assumiu César Borges, que agiu do mesmo modo, o que motivou, Srs. Deputados, a greve de 2001.

O governador Paulo Souto assume novamente e não a cumpre. E o governador

Wagner, com 2 anos e meio de governo, apesar dos meus insistentes alertas, também não cumpriu essa lei. (Palmas)

Esta lei da GAP dá direito ao policial ao auxílio-acidente. Quando um policial se acidenta em defesa da sociedade esta lei dá direito a ele a um auxílio-acidente para que ele possa com esse dinheiro extra comprar remédio, cadeira de roda ou fazer uma fisioterapia. Há 12 anos que os policiais esperam por esse auxílio-acidente. Um morreu recentemente esperando esse auxílio-acidente.

Faz 12 anos que o praça com nível superior tem direito a ascender ao oficialato no quadro complementar de oficiais. Vários praças gastaram dinheiro fazendo uma faculdade para poder crescer na carreira e nada aconteceu. A lei dá direito à chamada GAP 4 e GAP 5 quase 50% a mais no salário. São 12 anos de espera, mais de um terço da vida profissional, vários morreram esperando o benefício dessa lei e nada aconteceu.

Estou me referindo à lei da GAP apenas como exemplo, porque os governos, todos da história, não respeitam o direito dos policiais. Mas a reivindicação não é a GAP, a reivindicação é o que está previsto na Constituição federal: subsídio. (Palmas) Eu venho aqui triste fazer isso. Mas há dois anos, quando a lei completou 10 anos, eu subi a esta tribuna com uma pizza para protestar, e disse: espero não ter que voltar aqui para comemorar a adolescência, completar os 12 anos. E para tristeza minha estou aqui novamente protestando.

Senhores, não trago a pizza para este Plenário em respeito ao nosso presidente que me pediu para que não a trouxesse. Mas assim que eu acabar o meu discurso estão todos os senhores policiais, deputados, todos deste Plenário convidados para um festival de pizza lá fora. É o festival da pizza. Vamos, de forma irônica, cantar parabéns e apagar a velinha da adolescência desta lei. É inaceitável isso, são 12 anos esperando pelo cumprimento de uma lei com os nossos direitos. E aí devo dizer-lhes que eu também na condição de capitão tenho direito a essa lei. Nem eu estou sendo respeitado na condição de capitão da reserva da Polícia

Militar. Eu também tenho direito a esta lei, mas não há respeito. Hoje estou deputado, mas sou capitão até mesmo depois da morte. Tenho que lutar pelos meus direitos, e dizia Ruy Barbosa que quem não luta pelos seus direitos não é digno de merecê-los.

Por isso quero parabenizar todos que estão aqui para essa luta, buscando os seus direitos porque militar também é cidadão. O governador anunciou na televisão que o militar tem um regulamento, o militar tem o Código Penal Militar. É verdade, Sr. Governador. Mas o militar também tem a lei da GAP, tem o seu estatuto também, tem a Constituição que dá os seus direitos. Os nossos governos, e não é só o atual, não, todos, só olham para o PM através dos seus deveres, não olha através dos seus direitos. Temos que lutar sim. Militar não tem direito a greve, arguíram isso na imprensa. É verdade. Mas a mesma Constituição que diz que militar não pode fazer greve, fala que o salário do PM é o subsídio, e não respeitam. Cidadania é uma mão dupla, são direitos e deveres. Não pode o governo apenas exigir os deveres, tem que cumprir os deveres também.

Quero declarar a todos os senhores aqui publicamente e aos nossos companheiros, cerca de 12 mil que neste momento estão assistindo-nos pela *Internet*, 12 mil PMs estão assistindo-nos através do nosso *site*, é transmissão ao vivo, dirijo-me a eles através daquela câmera ali: o Movimento Polícia Legal, quem decide sobre ele é a tropa. (Palmas, muitas palmas nas galerias.) Se a tropa decidir que continua... (As galerias se manifestam gritando “continua”!)(O Sr. Presidente aciona as campainhas) Se a tropa decidir, após o “festival de pizza”, que é uma forma irônica de protestar... Após o “festival de pizza”, nós vamos reunir a assembleia, e o que a tropa decidir terá meu apoio. Eu não vou insuflar ninguém. Não vou induzir ninguém a nada. Agora, a decisão que tomarem, a decisão que os senhores tomarem terá o meu apoio. (Palmas, muitas palmas.)

Senhores, arrolo aqui o testemunho de todos os deputados desta Casa. São doze anos cobrando essa lei da GAP. São dois anos e meio, aqui neste governo, cobrando respeito aos direitos dos policiais. Tornei-me um deputado “chato” de tanto cobrar. Mas eu avisei, é melhor que eu cobre de uma forma tranquila do que a tropa cobre de uma forma revoltada. Avisei ao governo: a tropa está se revoltando; os aposentados estão esquecidos; as viúvas dos PMs estão esquecidas; os PMs estão nas ruas sem coletes... E não me deram atenção! Não me deram importância. Está aí agora o movimento Polícia Legal “balançando” a sociedade baiana. Agora estão vendo o valor que o PM tem. Rapidamente o governo anunciou a compra de três mil e 600 coletes. Precisou a reação da tropa para comprar os coletes?! Precisou isso?! Anunciou agora a compra de quase mil viaturas. Precisou o movimento Polícia Legal protestar nas ruas para comprar quase mil viaturas?! Precisou a mobilização da tropa em duas assembleias – uma com nove mil PMs e a outra com doze mil – para poder anunciar o curso para motoristas? Vai ser necessário a tropa continuar o movimento para o governo rever o plano de carreira, onde o soldado fica 26 anos sem ter direito a nenhuma promoção? Eu disse aqui ao governo que a lei aprovada em janeiro não iria atender as necessidades da tropa. Não fui ouvido.

A questão salarial. É verdade, sim, o governo atendeu outras categorias a mais do que a PM, por isso estou aqui para hipotecar meu apoio ao PM. Custe o que custar. Custe o meu mandato. Acusem-me de infidelidade partidária. Boicotem a minha eleição, mas não vou mudar o meu discurso que sempre tive nesta Casa. Não estou aqui fazendo meu mandato de deputado como um fim na minha vida, na minha carreira, na minha profissão. Estou fazendo um meio de trazer dignidade para a Segurança Pública, para melhorar a Segurança Pública para a sociedade, que é beneficiária de todos. Até agora o governo comprou os coletes. Parabéns. O governo vai comprar as viaturas. Parabéns. Vai treinar os motoristas. Parabéns. Mas tem muito mais a fazer ainda, como o plano de carreira, subsídio, treinamento na área jurídica, na área de direitos humanos – porque os policiais são acusados de despreparo, mas quem tem de dar preparo aos senhores é o governo, portanto, se o policial erra, não é ele quem tem que ser acusado de despreparo, não. É o governo que não sabe treinar sua tropa.

Parabéns, e a luta continua. (Palmas, muitas palmas.)

Todos estão convidados para o “festival de pizza” agora.
Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Luiz de Deus, grande representante de Paulo Afonso e da região.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Falará, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputados, é verdade que estamos vendo com uma grande frequência nos jornais da nossa cidade pacientes nos corredores dos hospitais, em salas de emergência aguardando o devido tratamento, as cirurgias por 15, 30 dias, dois meses e por aí vai. Ou será, nobre governador, que estou aqui mentindo?

É verdade que morre um sem-número de pacientes aguardando a decisão da Central de Regulação para obter uma vaga de internação hospitalar. Ou será também mentira minha, meu nobre deputado Heraldo Rocha? Se isso é verdade, como justificar o Sr. Secretário da Saúde querer estadualizar o hospital de Paulo Afonso, o Nair Alves de Souza, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco?

É bom que vocês saibam um pouquinho da história e da importância desse hospital. Ele iniciou uma forma de ambulatório pelos idos de 48, quando começava a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, a qual num percurso de mais ou menos 90 quilômetros possui o maior complexo hidrelétrico do mundo. À proporção que as obras avançavam e a empresa crescia, o hospital também crescia em número de leitos e na qualidade de atendimento. E pelos idos de 1960 esses custos hospitalares já se faziam sentir no cofre da empresa. Ela então, a todo custo, tentou passar o hospital a outras instituições. A primeira tentativa foi para o Ministério da Saúde. E responderam naquela época à empresa: “Esse hospital está em boas mãos e deve continuar com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.”

É um hospital que chegou, deputado Heraldo Rocha, a ter duzentos leitos. E pelos idos de 1970 já fazíamos enxertos arteriais, de carótida, de parotídea, para ver a importância e a qualificação dele como um hospital regional.

Hoje, não sei por que o Estado da Bahia deseja assumir a responsabilidade por ele se os dele, os estaduais, todos vocês sabem da qualidade. Estamos aqui no Parlamento baiano e sabemos da qualidade dos hospitais estaduais baianos que prestam o atendimento à população baiana. Não é nada elogiável. Os senhores são testemunhas. E ultimamente, mais uma vez repito, tenho ouvido aqui da imprensa que um sem-número de pacientes falece sem ter sequer o direito ao atendimento devido.

Não sei por que o Estado, através do Sr. Secretário da Saúde, quer assumir essa responsabilidade, já que há bem pouco tempo ele possuía um hospital de pequeno porte, 50 leitos, na cidade de Paulo Afonso e municipalizou-o, acredito, com o único objetivo de fazer política.

Agora que assumiu o hospital da CHESF, e tive a oportunidade aqui de dizer ao Sr. Secretário da Saúde, olho no olho: “Secretário, V.Ex^a vai prestar um desserviço não só a Paulo Afonso, mas a toda a região. Além de Paulo Afonso, o hospital tem uma população de atendimento em torno de 500 mil pessoas. O segundo cliente em matéria de número não é um município baiano, mas o município de Delmiro Gouveia, do Estado de Alagoas. Por aí, meu nobre deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a vê a importância desse hospital.

E já demonstrei também que ao longo desses 60 anos há o desejo da empresa de passar esse hospital para terceiros. Agora o Estado da Bahia quer assumir essa responsabilidade. Imaginem bem que é um hospital nos limites.

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ DE DEUS:- V.Ex^a está inscrito.

A cidade de Paulo Afonso faz limites com os estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Como é que se quer estadualizar esse hospital? A responsabilidade tem que ser da União, tem que federalizar. Agora, eu pergunto: ele, praticamente, já não é federalizado?, desde quando a acionária maior da Companhia Hidrelétrica do São Francisco detém praticamente o número total de ações daquela empresa. Olhando por este prisma, o hospital já é praticamente federalizado. Mas o que gostaria de dizer é que o município tem interesse de ser um parceiro, de contribuir com o atendimento daquele hospital. Se o custo está elevado, o município pode contribuir. E conclamo o Estado da Bahia para que, ao invés de assumir essa responsabilidade, porque vai penalizar toda uma população, ele seja um parceiro útil. É preciso sentar e discutir isso acima dos interesses partidários.

Essa é a minha opinião e tenho certeza de que conto com um sem-número de pessoas que pensam como eu. Não se pode de jeito nenhum apenas uma população.

Nobre deputado Heraldo Rocha, eu digo sempre que se mede a qualidade de um atendimento médico quando você satisfaz o binômio população – aquele que recebe o atendimento – e a equipe que presta o serviço, os médicos e os paramédicos. Quando há um grau de satisfação entre quem recebe o atendimento e quem presta o atendimento, o hospital presta um serviço relevante, de uma importância social muito grande.

O que queremos é que isso continue sendo feito, porque saúde só se faz com recursos. E a Companhia Hidrelétrica do São Francisco teve um lucro no ano que passou bem superior a um bilhão de reais. Hoje o déficit dela com o Hospital Nair Alves de Souza é de 15 milhões exatos. Número esse fornecido por quem dirige aquele hospital atualmente. O custo do hospital como um todo é de 20 milhões ao ano. Cinco milhões são arrecadados do SUS, então o déficit real é de 15 milhões. Uma coisa que pouco representa para quem tem um lucro superior a um bilhão de reais e que tira todo esse lucro dos recursos naturais do nosso município.

Com a palavra o deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Deputado Luiz de Deus, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde. Eu só queria ajudá-lo um pouco no raciocínio. Na verdade, o que eu penso é que o governo do Estado não está querendo

assumir o hospital, ele está querendo entregar o serviço a alguém, como aconteceu agora em Juazeiro. O Hospital Regional de Juazeiro, que acaba de ser reformado, uma grande obra que começou no governo Paulo Souto, foi entregue agora a um instituto de Pernambuco para administrá-lo; esse instituto é ligado ao vampiro do ministério, Humberto Costa. Então é essa a política da Bahia, uma política de “entreguismo”. Na verdade, o que eles querem fazer com o Hospital Regional de Paulo Afonso é mesma coisa: não assumir, vender o serviço para alguém.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e acrescento o seguinte: se todo hospital cujo cliente maior, - e lá no Hospital da CHESF...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- (...) o cliente exclusivo é do SUS-, for administrado com seriedade e tiver um bom atendimento, dará prejuízo.

Então, pergunto: quem assumirá esse prejuízo com um hospital de fronteira, onde temos o máximo prazer de atender o alagoano, o sergipano, o pernambucano, mas precisamos de recursos para isso? Nem o município, nem o estado isoladamente tem condições de dar um bom atendimento, como disse anteriormente. Para dar um bom atendimento médico precisamos de recursos. E quem tem recursos naquela região é a Companhia Hidroelétrica do São Francisco. O que queremos é ser parceiros dela para continuarmos dando um atendimento de qualidade.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Agradeço a tolerância do nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo, seu contrerrâneo, deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 8 minutos, o amigo do deputado Sérgio Carneiro, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Muito obrigado, amigo do ex-prefeito José Ronaldo. Primeiro, não vou deixar de falar para a tropa, que agora está comendo pizza, tudo bem, mas é bom lembrar de quem faz política botando o dedo para ver qual lado vai o vento, acaba se perdendo.

Ontem, à noite, estive na Secretaria da Administração e encontrei o Cel. Mascarenhas reunido com o governo, ele que há tempos vem debatendo e discutindo a questão da unificação salarial de direitos da Polícia Civil e Militar.

Fez um convênio com a UNEB para aprimoramento da tropa que já vem sendo elaborado há 8 meses e outras negociações, acho que não preciso enumerá-las aqui, fico a vontade com a tropa, queria que estivessem aqui no Plenário, para dizê-los que o meu gabinete como o gabinete de Waldenor e de todos os deputados da Bancada do governo nunca esteve fechado a nenhum policial, a nenhuma associação e não ficará fechado.

Sabemos o que queremos, das dificuldades, sabemos que os policiais merecem a nossa atenção e que esse enfrentamento tem que ser feito “olho a olho”, Sr. Presidente, e não no discurso fácil e, às vezes, oportunista, porque isso não contribui, não resolve os problemas. Quem faz assim, quer ser apenas escutado e não é assim: temos que ouvir ser ouvido e respeitado na hora de negociar.

Agora há pouco vi a Oposição fazendo coro, mas ouvi, também, a Oposição através do deputado Gaban dizer que o governo está agindo errado, porque gasta muito com a folha de pagamento. Como é que pode? a Oposição, dizer que o governo está agindo errado, porque gasta muito com a folha de pagamento? E ao mesmo tempo vem aqui insuflar, dizer que o governo não está fazendo a parte dele aumentando os salários.

Escolha qual o discurso. É para ser aplaudido dos dois lados. Quer ser aplaudido pelo IAF e quer ser aplaudido pelos funcionários. Discurso dubio, discurso de quem bota o dedo no vento. Vamos acabar com essa história. Acabamos de passar por uma sabatina com o BIRD. Acabamos de passar por uma sabatina com o TCU para saber se estamos com nossas contas em dia e estamos. Está tudo tranquilo, Sr. Presidente, dois empréstimos: um de 200 milhões

No mais é encerrar dizendo que é bom que se espere o tempo, porque aqueles que botam o dedo ao vento podem ter certeza, os passos da coerência são muito mais fortes, são muito mais credibilizados do que apenas os discursos fáceis que são jogados ao vento e haverão de se diluir, como se dilui a mentira.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Por todo o tempo o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Maria Luiza Laudano, uma das mulheres de maior expressão da política baiana e nordestina, com relevantes serviços prestados a sua terra e a nossa querida Bahia; Imprensa; ouvintes da TV-Assembleia, quando eu entrava no Plenário, meu caro Líder da Maioria, deputado Waldenor, estava a encerrar o seu pronunciamento o ilustre deputado Luiz de Deus. Eu não ouvi todo o seu pronunciamento, mas ouvi uma parte relacionada aos hospitais, quando o nobre deputado, conterrâneo de Juazeiro, fazia referência ao Hospital Regional de Juazeiro.

Eu não vou falar somente sobre o Hospital Regional de Juazeiro, que hoje funciona na sua plenitude, um dos maiores hospitais desse país, em pleno funcionamento, mas vou falar um pouco da saúde de Juazeiro. Quando o atual prefeito de Juazeiro assumiu a prefeitura de Juazeiro havia um débito com a rede hospitalar em torno de R\$8.000.000,00 . Hoje a prefeitura não deve um centavo a hospital nenhum, em Juazeiro. Foram pagos R\$8.000.000,00. Ora, são

R\$8.000.000,00, não era pouco dinheiro.

Hoje, com o funcionamento do Hospital Regional, e em reunião nesse fim de semana passado com a Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro - onde eu militei quase 20 anos como médico, ali nunca tive consultório particular nem clínica particular - resolvemos, num entendimento maior, o funcionamento pleno da Santa Casa, com o fechamento do Hospital Regional de Juazeiro, que encontramos numa crise grande, a Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro.

Se não é uma ação do governo do Estado, que na reforma do Hospital coloca todo o sistema do Estado dentro da Santa Casa, ela já teria fechado. Mas, com o retorno, com o funcionamento do Hospital Regional, então nós arranjamos a solução para que uma maternidade comprometida com o governo municipal na sua campanha, seja instalada dentro da Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro, voltando a acolher os seus funcionários, começarmos a pagar o seu passivo, que é enorme, e que vem acumulando ao longo do tempo.

Duas UPA's, já com ordem de serviço, estão para serem construídas em Juazeiro. Reforma de inúmeros PSF, enfim, hoje tão criticada como era a saúde de Juazeiro, volta a melhorar.

Agora vou falar sobre o Hospital Regional, que eu lutei para que o governo passado, governo Paulo Souto, iniciasse a sua reforma. A bem da verdade começou a reforma, só que parou, parou e ficou com o débito da empresa. Todo governo tem dificuldade financeira. Eu quero saber qual é o governo..., e aí quando eu clamo aqui por uma reforma tributária, que teremos sempre o grande bolo na mão do presidente, e nos estados e nos municípios a situação é difícil, todo governo tem, o governo passado não foi diferente, teve dificuldade financeira, e uma das coisas que ele fez foi parar a obra de Juazeiro. O governo atual fez a reforma, pagou as dívidas que tinha com as empreiteiras e hoje o hospital, com um investimento de mais de 30 milhões, está funcionando com alta complexidade, atendendo toda a região.

Hum milhão e meio de salários contratados, hoje, são gastos no comércio de Juazeiro, incrementa a receita de Juazeiro. Houve uma pactuação com o Estado de Pernambuco que não foi uma pactuação tão fácil, foram várias reuniões entre os governadores dos dois Estados, secretários de saúde dos dois Estados, secretário municipal de Juazeiro e de Petrolina, e hoje nós atendemos 58 municípios numa pactuação feita entre o Estado da Bahia e o Estado de Pernambuco.

Por que o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco está administrando o Hospital de Juazeiro? Foi uma licitação aberta para o Brasil inteiro. O governo não pode fazer uma licitação orientando que alguém vai ganhar, senão é fraude. Então, o Instituto Materno-Infantil, que é conceituado no Estado de Pernambuco, tendo inclusive Faculdade de Medicina, e eu visitei a estrutura do IMIP, em Pernambuco, fui lá ver para tecer qualquer crítica aqui, se fosse necessário. Não estou fazendo de ouvido, nem de ouvir dizer, fui lá, vi a Faculdade de Medicina.

É um instituto dentro do Estado de Pernambuco, credenciado, e cabe a nós, deputados, fiscalizar se ele vai cumprir ou não o contrato feito, porque ele tem distrato. Esta é a realidade. E tem mais: o Hospital Regional de Juazeiro fica na

minha rua. Além de ser médico, além de ser deputado, presente nas questões de Juazeiro, presente aqui nesta Casa, trazendo a verdade aqui para esta Casa, e nunca precisei mentir e nem trazer fontes inverídicas.

Agora, a terceirização foi estimulada pelo governo passado também. Até eu debati aqui, defendendo o governo nas suas privatizações, e a Bancada da Oposição, que hoje é governo, criticava. Folgo em saber que hoje abraçou, sabendo que esse é o caminho. O dever, hoje, do governo, é construir o hospital, como construiu o de Juazeiro, e entregar a terceirização responsável, e nós, deputados, cobrarmos se está funcionando ou não, se está à altura ou não, se está cumprindo o contrato ou não, e não apenas a crítica pela crítica e dizer que é vampiro não sei de quem etc.

Não sei se o ex-secretário da Saúde é sócio do IMIP, não tenho certeza se é ou não é, vou investigar. Se for, vou dizer aqui que é, se não for, vou dizer aqui que é inverídica a informação que deram aqui, porque tenho minhas dúvidas se ele é sócio do IMIP. Acredito que não. É uma fundação antiga, capacitada, credenciada, conceituada, que formou inúmeros médicos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bem da verdade, deputado Luiz de Deus, não sei a realidade, se V.Ex^a falava do hospital de Paulo Afonso, não conheço a realidade, conheço a realidade do hospital de Juazeiro. Precisamos ampliar o atendimento em determinadas questões, precisamos, sim. Mas hoje já se faz oncologia, hoje já se tem tomografia, ressonância magnética, para atender não só Juazeiro, mas toda a população da microrregião de Juazeiro e de Pernambuco.

Se ontem a assistência médica de Juazeiro era em Petrolina, hoje a de Pernambuco é feita em Juazeiro. Inverteu-se. Hoje, há uma rede muito forte em Pernambuco, particular. Mas a medicina de saúde pública, hoje, é feita no Hospital Regional de Juazeiro, para atender, como disse o governador na inauguração. “Acabou o tempo da rixa. Vamos andar juntos. Se hoje inauguramos um serviço de excelência para a região, para atender o pessoal de Petrolina, é importante também que nós tenhamos algum serviço em Petrolina que atenda a população de Juazeiro”.

Esta é uma verdade, estou pronto para esse debate, para esse embate, sem nenhuma dificuldade de ordem política, de ordem da política municipal. Enfim, hoje temos um alinhamento completo. O presidente da República, o governo da Bahia e a Prefeitura de Juazeiro, para trabalhar em prol do desenvolvimento da nossa terra, que ficou muito tempo aquém do que o povo merecia.

Inclusive, sou culpado também por isso, pois participei de algumas alianças que levaram Juazeiro a não resolver alguns dos seus problemas. Também não vou aqui jogar a responsabilidade em alguns ex-companheiros de política, pois divido também o prejuízo. Mas tive a sensatez de buscar um caminho diferente, uma aliança política diferente, para que possamos, conjuntamente, espero que todos nós, que representamos Juazeiro aqui nesta Casa, sejamos responsáveis pelo seu sucesso e pelo insucesso, pois foi para isso que o povo nos colocou aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados e Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/ PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o nobre colega Paulo Câmara.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Pelo tempo de 8 minutos, com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobres colegas presentes a esta Casa, deputado Waldenor, o senhor que é um professor universitário, domina com clareza a área de economia, foi gestor público, é Líder do governo e tem intimidade com os números, em especial números econômicos, e com certeza absoluta, tem proximidade com os números, digamos, tributários. Então, queria que V.Ex^a me explicasse os números do deputado Gaban.

Há um boletim oficial nacional, vou repetir, um boletim oficial nacional, publicado pelo Conselho Fazendário. Todos os colegas sabem que o Conselho Fazendário é composto por todos os secretários de Estado do Brasil. O Conselho Fazendário diz que a Bahia foi o Estado que cresceu para 6º lugar em arrecadação no País. Quer dizer, está entre os 27 e foi o que mais cresceu, apesar de ser um Estado, Srs. Deputados, que teve a maior perda de arrecadação junto com Minas Gerais. Ou seja, perdemos 30% de arrecadação. Se o deputado Gaban estivesse dizendo aqui “perdemos 7% da indústria, 15% no setor metal mecânico” e olhasse mais embaixo, veria “crescemos x% na agricultura, crescemos x% no comércio...”. A Bahia foi o Estado que mais cresceu no varejo no Brasil, dados da Confederação. Então, não consigo entender como é que ele chega a esses números. (lê) “O resultado do ICMS do mês de junho na Bahia aponta um crescimento de 3,33% em relação ao mês anterior.”. Ou seja, chegou a 801 milhões em relação ao ano anterior, 2008.

Outro dia o deputado Gaban aqui fez uma afirmação, nobre presidente, sobre a questão da folha de pagamento. Acho que ele trocou. Falou que a folha era algo em torno 800 mil. Oitocentos mil são a arrecadação de ICMS, ou seja, 100 % de arrecadação de ICMS àquela data. Então, gostaria de que ele viesse me informar e desmentir os dados do Confaz, que ele mostrasse, ao contrário, dados oficiais, que ele chegasse aqui e dissesse que a agricultura passou de 6 milhões em junho para 8,5 milhões em julho em arrecadação. São esses dados que quero que ele me mostre. Se ele me dissesse que o petróleo caiu 7,59, nobre Líder, eu concordaria. Se ele viesse com os subsetores que compõem o setor indústria e dissesse que caímos, eu concordaria. Não sei por que o deputado Zé Neto falou aqui no IAF, mas, se ele chegar com dados que não mostrem que a arrecadação da Bahia continua crescendo a passos largos, realmente, vou ter sérias dúvidas...

Por exemplo, 31% são o volume de empresas baianas que deixaram de ser fechadas. Quer dizer, é um dos Estados onde menos se fecham empresas na Bahia. Por que ele não vê isso? No jornal *A Tarde*, o jornalista Donald Gongga diz: “Bahia atinge produção histórica de gás natural.”. E a arrecadação do deputado Gaban está caindo, porque esta não é a arrecadação do Estado. Está no jornal *A Tarde* para todos

lerem. Será que o deputado Gaban não lê o valor econômico, como diz o deputado Zé Neto? Será que o deputado Gaban não lê que as vendas do varejo baiano cresceram 4,6% num semestre? Isso é um número altamente significativo numa época de crise como essa, nobre presidente. Então, não consigo entender esses dados, gostaria de que ele viesse aqui e confrontasse os 801 milhões que estão nos dados da Secretaria da Fazenda, que contradissesse os dados do Conselho Fazendário.

Então, deputado Gaban, esses dados que V.Ex^a está dispondo não são os que possamos configurar. Mas há um dado interessante aqui que veio da Secretaria. Por exemplo, quando você compara o crescimento em relação a 2006/2007, temos um crescimento de arrecadação da ordem de 21%. Disso o deputado Gaban não faz o comparativo, tirando os incentivos fiscais, as anistias, isso não é objeto de análise. Os dados, tenho dito isso sempre ao longo dos períodos que venho a esta Casa, os números e estatísticas podem ser manipulados. Mas nesses casos são números que estão no *site* do Estado, estão comprovados pelo Confaz. Acredito que, quando a nacionalidade domina o debate, os números começam a ter significados que não são reais. Como o deputado e eu não somos especialistas na área, poderemos receber dados que podem estar inflados ou, eu diria, mal interpretados.

Por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, quero dizer-lhes que a Secretaria da Fazenda, sim, está de vento em polpa, estamos em franca recuperação econômica, é só ler os jornais e acompanhar os setores. É óbvio que o setor industrial é uma máquina monumental que começa a se movimentar lentamente. Se os senhores observarem, a crise mundial já começa também a deixar os países chamados de primeiro mundo, o G7, por exemplo, e o noticiário informa que a Alemanha já teve PIB positivo. O noticiário já informa que o Japão tem PIB positivo, os japoneses foram às compras. E os brasileiros têm seguido rigorosamente as normas ditadas pelo modelo econômico adotado pelo País. Com certeza, nobre presidente, nobres colegas, acredito que o meu amigo, deputado Gaban, precisa se debruçar com mais vagar sobre esses dados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP, PMN, PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidenta, falarei por 5 minutos e o deputado Bira Corôa por 4 minutos.

A Sr^a Presidenta (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, infelizmente, o colega Capitão Tadeu não se encontra no Plenário porque gostaria, respeitosamente, de lhe dirigir algumas palavras a respeito dessa bandeira de luta que ele firmemente defende, naturalmente é o interesse da sua corporação. A política de pessoal representa o maior desafio do governo Jaques Wagner, como

representou e representará para outros governos reverter essa dura realidade vivida pelos servidores públicos. Infelizmente, de uma forma geral, ainda percebem baixos salários, ainda percebem salários muito aquém das suas necessidades e das suas famílias, mas há perspectiva da construção de uma vida melhor, de uma vida de melhor qualidade.

É imprescindível que tenhamos a condição de reconhecer que o governo Jaques Wagner, tendo herdado essa dura realidade de salários aviltados, de planos de cargos e salários desmontados, destruídos pelos governos anteriores, especialmente pelo governo Paulo Souto, na última convocação extraordinária, ocorrida nesta Casa Legislativa, no mês de janeiro, concedeu à maioria dos servidores públicos do nosso Estado salários ou reajustes salariais extremamente compensadores.

Aliás, é importante destacar o que afirmou há pouco aqui o nobre colega deputado Carlos Gaban ao reclamar que o governo do Estado da Bahia, melhor dizendo, o governo Jaques Wagner, estaria gastando mais do que arrecada através do ICMS com a folha de pessoal, ou seja, com a folha de pagamento. Ora, ele próprio de um lado reconhece que o nosso governo está gastando com a folha de pessoal recursos superiores ao que arrecada com ICMS. Contraditoriamente, como afirmou há pouco o deputado Zé Neto, o deputado Carlos Gaban clama na defesa dos policiais militares por reajustes e aumentos em seus salários e seus soldos.

Ora, há uma contradição expressa neste discurso feito pela Oposição. De um lado, eles reclamam do governo por estar gastando com pessoal mais do que arrecada de ICMS; por outro lado, eles reclamam por estar destinando ao pagamento de pessoal uma soma de recursos que se aproxima já do limite prudencial estabelecido pela lei de responsabilidade fiscal. Em outra mão, eles reclamam do governo pelo não atendimento de demandas como a da Polícia Militar, por aumento no índice de soldos e salários que, naturalmente, redundariam na extrapolação dos limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal.

Portanto, trata-se de um discurso contraditório porque eles tentam agradar tanto aos servidores como ao Instituto de Auditores Fiscais do Estado da Bahia, que tem sido a fonte de informação para o nobre deputado Carlos Gaban apresentar os dados que têm apresentado nesta tribuna.

Trata-se, portanto, permita-me respeitosamente destacar, contraditório do deputado e da Oposição, porque o nosso governo teve a sensibilidade e o reconhecimento de ampliar o salário de nossos servidores e recuperar os planos de cargos e salários, de valorizar as nossas categorias de servidores públicos do Estado da Bahia, naturalmente, dentro do patamar que não extrapolasse os limites constitucionais estabelecidos.

Mas, em contrapartida, podemos aceitar e acatar o discurso de que estaríamos extrapolando os recursos constitucionais, porque assim estabeleceríamos o discurso contraditório, infelizmente, estabelecido pela Oposição.

Portanto, nós solicitamos aos colegas da Oposição uma definição a respeito do que querem defender nesta Casa Legislativa: se a ampliação dos salários, se ampliação dos recursos destinados à folha de pessoal para extrapolar o que é

estabelecido pela lei ou se é a manutenção dos recursos dentro do estabelecido para garantir o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado da Bahia.

Nós vamos voltar a tratar desta questão mostrando que a respeito da Polícia Militar – para concluir, nobre presidente –, o nosso governo já contratou 3.200 novos policiais militares de um concurso realizado pelo governo Paulo Souto; já abriu concurso para a contratação de mais 3.200 policiais militares; já ampliou o tíquete alimentação; já ampliou o pagamento do salário.

Para concluir, é bom lembrar o fato de que quando o governo Jaques Wagner assumiu a administração pública estadual, 70% dos policiais militares recebiam salário base inferior ao salário mínimo. Eram 70%. Evidentemente, o salário ainda é baixo. Há a necessidade de se melhorar a política salarial de nosso Estado, para os servidores, de uma forma geral e também para os policiais militares.

Mas não podemos deixar de reconhecer os avanços, os passos largos dados já pelo governo Jaques Wagner, na perspectiva naturalmente de uma melhor política salarial que motive e que melhore a qualidade de vida de nossos servidores.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela tolerância.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- O senhor merece, nobre colega.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Por quatro minutos, falará o nosso colega e amigo Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Servidores e Srs. da Casa, fico pensando, nobre deputado Isaac, avaliando a conjuntura, a situação e o cenário e, em primeiro lugar, tentando entender onde a Oposição tem buscado informações e dados na tentativa de desqualificar o governo Wagner ou até de estabelecer dados comparativos entre o governo Wagner e os governos passados, que, nesta Casa, foram apoiados também pela atual Oposição a este governo.

É interessante quando folheamos as matérias e lemos: *“Comércio baiano cresce 7% em junho.”*, *“Exportações baianas registram crescimento de 30,7% em junho.”*; *“Ocorrência de assaltos a ônibus diminui 51% em Salvador.”*; *“Novas unidades produtivas no estado estimulam comércio internacional.”*; *“Número de indústrias que procuram a Bahia para a instalação crescem 88%.”*; e outras que poderia estar aqui listando. Estou apenas destacando algumas para tentar encontrar onde a Oposição busca, como fonte de inspiração e de orientação, Sr. Presidente, os dados que aqui tenta apresentar.

Posso até tentar justificar e entender que a preocupação da Oposição é grande em não discutir ou não fazer a comparação dos dados entre o governo passado e o governo Wagner, que, em pouco menos de três anos, melhor dizendo, em dois anos e meio, consegue apresentar, como resultado positivo para a sociedade baiana, muito mais do que o acumulado nos últimos dez anos, em todos os aspectos.

Querer discutir o governo Wagner num plano comparativo e não trazer a esta Casa a discussão, Sr^a Presidente, sobre a condição que deixaram a Educação, com

2.100.000 analfabetos, o jovem à margem do mercado de trabalho, porque extinguiram cursos técnico-profissionalizantes e não permitiram o crescimento, a ampliação de vagas para dar oportunidade aos jovens de chegarem às universidades deste Estado.

Condicionaram a Saúde a apenas transportar doentes do Interior para a Capital, superlotando as unidades hospitalares, quando, durante mais de 20 anos, Sr. Presidente, não se construíram novas unidades para atender, de fato, a nossa sociedade. Sem se falar que não tiveram um plano de inserção na saúde preventiva, porque nem sequer o saneamento deste Estado atende à população no mínimo necessário, pois cidades como Salvador, Camaçari – e poderia dizer mais de 90% do Estado da Bahia – não apresentavam nem sequer 50% de cobertura de rede de coleta do esgotamento sanitário. Isso mostra, nobre deputado Ivo, a forma desrespeitosa como os governos passados tratavam o povo baiano.

Se falarmos das rodovias, vamos ver que deixaram a pior malha rodoviária do País para servir à sociedade baiana. Essa era a Bahia que eles diziam que ia muito bem, obrigado. Agora entendo, sim, como o governo Wagner incomoda, desestabiliza e como há necessidade de se criar esse espaço para tentar plantar informações e dados inexistentes. Mas estamos abertos ao debate, à discussão, a todo e qualquer momento.

Mas, Sr^a Presidente, faço uso deste Plenário, hoje, para também chamar a atenção sobre a onda de violência que se instalou contra o povo indígena do nosso Estado, o qual, depois do governo Wagner, com a responsabilidade e o compromisso conduzidos pelo governo Lula, já vem tendo um tratamento diferenciado...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Srs. Deputados.

O Sr. BIRA CORÔA:- Vou concluir.

Amanhã, estarei numa audiência pública na cidade de Santa Cruz Cabrália, fruto de uma negociação ocorrida há 15 dias quando povos indígena pataxós fecharam a BA que liga Cabrália a Porto Seguro, das 6 da manhã às 19h30min, fazendo um protesto para reivindicar o direito a um acompanhamento judicial a favor das questões indígenas.

Foram cinco mortes de indígenas em menos de 3 anos que ainda estão impunes. Por isso, amanhã acontecerá uma audiência pública, com a presença de dois juízes, para debater esse tema. Quero destacar, Sr. Presidente, a responsabilidade e o compromisso do Dr. André e da Dr^a Neuma, juízes de Santa Cruz Cabrália e de Porto Seguro, respectivamente. Também estará presente, representando a Secretaria da Segurança Pública, a Dr^a Paula, delegada designada para acompanhar, exclusivamente, as questões indígenas.

Registro mais uma vez o tratamento dado às minorias por este governo, que defende políticas públicas para quebrar as desigualdades.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Inicialmente, Sr^a Presidente, falarei por 6 minutos. Em seguida, o deputado João Carlos Bacelar falará durante o restante do tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto, por 6 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, no domingo, realizamos o Encontro Regional do PMDB na minha querida Jequié, onde tivemos a presença de quase 30 prefeitos de toda a região e de outros municípios do nosso querido Estado da Bahia. Também estavam lá o ministro Geddel Vieira Lima e vários deputados estaduais e federais.

Ficou mais uma vez clara, nesse encontro, a posição do nosso partido com relação à candidatura de Geddel Vieira Lima. Os prefeitos presentes, por unanimidade, tiveram a oportunidade de reiterar o apoio ao ministro. Mas não tratamos somente de assuntos relacionados à política, discutimos também as obras que ele vem fazendo na nossa região e na nossa querida Jequié.

Nesse final de semana, tivemos a oportunidade de visitar o bairro da Pedreira, que o meu querido colega deputado Isaac tão bem conhece lá na nossa cidade, um bairro carente, humilde, que necessita de grandes intervenções na área de infraestrutura. O ministro Geddel nos deu a boa notícia de que o projeto já foi enviado ao Ministério e que os recursos já estão assegurados. E assim, dentro de 60 dias será realizada a licitação para que as obras de macrodrenagem, microdrenagem, pavimentação e contenção de encostas sejam feitas lá, beneficiando aquela população carente, que tanto necessita dessas intervenções.

Também foi anunciado o projeto de irrigação aproveitando as águas da nossa querida Barragem de Pedra. Projeto importante para o nosso município, que beneficiará toda a região da caatinga e a economia da nossa cidade, pois será muito importante para a produção municipal de alimentos.

Também não poderia deixar, como Líder do PMDB nesta Casa, de tecer alguns comentários sobre a nota da querida prefeita de Lauro Freitas, Moema Gramacho. Preocupada por estar perdendo força na sua base para o partido que lhe faz oposição, que vem emplacando secretários no governo Jaques Wagner, ela, de certa forma preocupada, procurou descarregar o seu discurso fazendo algumas críticas ao nosso partido, dizendo que ele adotava prática fisiologista e tinha práticas de traição. Eu estranhei realmente esse posicionamento da deputada. Portanto, não poderia deixar de esclarecer essa postura e responder à querida prefeita Moema Gramacho.

Quando o PMDB, nas eleições de 2006, apoiou o governador Jaques Wagner, este detinha pouco mais de 5% ou 6%, sendo o favorito o governador Paulo Souto. E se o PMDB fosse fisiologista, o normal seria que naquela época apoiasse, em troca de cargos, o Sr. Paulo Souto, hoje ex-governador. Assim não o fez, acreditando que estaria apoiando o governador Jaques Wagner e que este era o caminho certo naquele momento. E nós vimos no decorrer do tempo que não era.

Então estranho que ela tenha também utilizado da palavra para dizer que o PMDB se aproveitou dos espaços que tinha no governo estadual para aumentar a sua força nos municípios onde o partido saiu vitorioso na eleição do ano passado.

O PMDB saiu vitorioso, cresceu. Tem hoje 115 prefeituras, inclusive a da capital, mas não por possuir espaço no governo. Cresceu graças à sua competência, à competência do seu presidente, dos seus deputados e do ministro Geddel Vieira Lima, que tem dado um apoio integral ao nosso Estado da Bahia trazendo obras, recursos, investimentos importantes para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Diferentemente, mesmo com espaços ocupados no governo, o PT, que tem a maioria dos cargos na administração do Estado, não conseguiu eleger a quantidade de prefeitos que o PMDB conseguiu em 2008. Quero deixar isso bem claro.

Fico triste, verdadeiramente triste ao ver que saímos do governo e agora há um loteamento, um aparelhamento do Estado, um verdadeiro balcão de negócios. Isso, sim, poderemos chamar de fisiologismo.

O PMDB não! Ele tem um compromisso com a verdade. Saiu do governo entregando-lhe os cargos faltando mais de um ano e meio para a próxima eleição. É diferente do que o PT fez com o governo João Henrique, quando utilizou os espaços da Prefeitura de Salvador, fez uma repactuação pegando mais secretarias e, faltando 6 meses para a eleição, abandonou a administração do prefeito.

O PMDB sai entregando seus cargos a mais de um ano e meio das eleições porque o nosso compromisso maior não é com o cargo nem com o apadrinhamento político, mas sim com o desenvolvimento da nossa Bahia, pois queremos solucionar os problemas graves que ela vem enfrentando em diversas áreas. Tenho certeza de que para o nosso desejo, que é eleger o ministro Geddel Vieira Lima governador do Estado contando com o apoio dos colegas deputados e prefeitos, nós faremos um novo projeto para a Bahia, já que é disso que a nossa terra precisa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sra. PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Obrigado a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Pelo tempo de 3 minutos falará o grande orador dessa tribuna, João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, deputada Maria Luiza, quero inicialmente agradecer ao PMDB por ter cedido a nós da Oposição este tempo e dizer que o deputado Leur Lomanto tem razão. Virou agora um atacado. O governo de Wagner não é mais um governo, é um atacado: toma cargo aqui, toma cargo ali, no pior fisiologismo que já se viu no Estado da Bahia.

Por falar em fisiologismo, há uma exceção. O governador resistiu às pressões fisiológicas da sua Bancada e demitiu o secretário da Educação mais incompetente que este Estado já teve. Como diz o deputado Paulo Azi, um secretário da Educação que não conseguiu construir uma sala de aula. Pela primeira vez na Bahia, o secretário da Educação assume a Pasta e não consegue construir uma sala de aula, mostrando o retrato do governo Wagner nessa área.

Por meio de um documento, esse secretário, o qual denunciei logo no início no meu mandato, fez um plano estratégico para a Secretaria da Educação, cuja meta principal era acabar com as velhas cobras do carlismo na Secretaria da Educação.

Alguns deputados tentaram desqualificar a minha denúncia, mas ela ficou provada através do documento com o timbre do gabinete do secretário.

Um secretário desse... Aliás, no mesmo nível do secretário Geraldo Simões.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado João Carlos, agradeço a V.Ex^a pelo aparte. Quero dizer que comungava com o mesmo pensamento de V.Ex^a, mas desde que vi o pronunciamento do ex-secretário Adeum Sauer comecei a refletir.

Ele disse que apresentou ao governador todo o caos da Secretaria da Educação, a falta de professores, a carência de transporte na orla e outras coisas mais. Tudo foi relatado ao governador, segundo o ex-secretário, então a culpa é do governador e não dele, é um problema de gestão.

E nesse ponto ele tem razão. O ex-secretário não foi eleito, assim a responsabilidade de nomear assessores e de demiti-los, caso eles não correspondam as suas expectativas, é do governo. E o governador demorou dois anos e meio para perceber que o assessor não estava servindo, portanto, dou toda razão ao ex-secretário Adeum Sauer. O governo é que não presta, o governador tem que ser tirado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, deputado Elmar.

Eu só iria um pouco mais à frente do que V.Ex^a: não prestava o secretário e não presta o governo atual. O secretário que em dois anos e meio não apresentou uma realização sequer...

E quem chamou o secretário de incompetente? Nós chamávamos, e chamei várias vezes, e o governador ratificou as denúncias que fizemos aqui demitindo o secretário por incompetência.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Obrigada, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou do Democratas, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gaban.

O Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra pelo tempo de 9 minutos, nosso grande deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Minha cara presidente, Antônia Pedrosa, que neste momento dirige os trabalhos desta Casa, minhas caras deputadas, meus caros deputados, meu caro Líder Waldenor, deputado Paulo Câmera, infelizmente, não ouvi atentamente os demais pronunciamentos, pois estava atendendo a algumas lideranças políticas, mas captei mais ou menos o panorama e já solicitei à Taquigrafia para que amanhã possa responder sobre os números apresentados.

Inicialmente, gostaria de falar a respeito dos dados que tenho utilizado nos meus pronunciamentos. Quando falei da posição da Bahia com relação à arrecadação comparada com a de outros estados brasileiros e com o Nordeste, a minha fonte foi o

Confaz/Cotepe. Quando falei sobre o gasto com pessoal e a arrecadação de ICMS da Bahia em 2009, a minha fonte foi o Sefaz/Sicof. Quando falei sobre as transferências constitucionais e das transferências voluntárias, a fonte foi a Secretaria do Tesouro Nacional. Essas são as minhas fontes.

Gostaria também de esclarecer, deputado Paulo Câmara, que, efetivamente e lamentavelmente, o governo do Estado da Bahia, com exceção do mês de janeiro, gastou mais com folha de pessoal do que arrecadou com ICMS. No total, de janeiro a julho, o Estado da Bahia gastou com pessoal R\$ 5.851.775.093,00, e arrecadou de ICMS, em valores nominais, R\$ 5.000.520.792,76, ou seja, o Estado gastou mais com folha de pessoal aproximadamente 320 milhões. Esses são dados oficiais do SICOF Gerencial.

Quando analisamos, Waldenor, não há nenhuma posição minha contraditória, até porque citei e repito, o governo prometeu um atendimento especial aos policiais militares. Essa foi uma bandeira, ele usou inclusive o contracheque. Todo mundo usa em campanha os argumentos que acha necessários para aumentar a sua popularidade. O que temos que entender, não vou citar nomes, mas do ponto de vista de gestão, tenho o maior respeito e admiração pessoal pelo governador Jaques Wagner, mas ele montou um secretariado totalmente incompetente.

O secretário Carlos Martins tem mostrado uma incompetência fora dos padrões. O governador tem que entender que não foi eleito para ser administrador de folha de pessoal. Tanto é que está gastando mais com pessoal do que o que arrecada. Quem tinha que dar esse balizamento era o secretário da Fazenda com a negociação com as categorias. Eu alertei aqui, inclusive a V.Ex^a, até porque quero ver a Bahia crescer. Cuidado para negociar com 16 categorias diferentes! Não teve controle e está esse desmando na área financeira.

Deputado Paulo Câmara, com relação ao crescimento, hoje vimos , também , que lá no Japão o PIB teve um crescimento nesse último trimestre, mas o pior é que na China o crescimento caiu. Isso é que é terrível, quero ver o comportamento das bolsas, porque se cai a China, cai o mundo inteiro atrás. Então, a notícia interessante do Japão logo deixa de ser interessante porque a China teve um crescimento negativo e assustou todo o mundo. Isso é terrível e demonstra que a recessão ainda não está fora de debate.

Então são coisas que acabam nos assustando. Temos que ter cuidado . Primeiro, o governador não foi eleito para administrar folha de pessoal, isso é um descontrole sobretudo da Secretaria da Fazenda. Outra coisa, crescimento de emprego, no Brasil inteiro cresceu. O que eu tenho dito, por exemplo na atividade agrícola, é que não podemos ficar exclusivamente como gestor, ficar dependendo da iniciativa privada, deputado Waldenor.

É louvável a iniciativa privada, mas veja a produção de grãos. Estive nesse fim de semana no município de Luís Eduardo, vizinho de Barreiras, da nossa Antônia Pedrosa, e infelizmente o preço do café está lá em baixo, quem o produziu está desesperado. Quem plantou muito soja está bem.

Veja, o empresariado está fazendo a sua parte, está crescendo, mas nós não

estamos fazendo aqui na Bahia nada para incrementar a arrecadação. Nós antecipamos receitas e, as que foram antecipadas, deputados Waldenor e Paulo Câmara, já foram gastas. A última parcela da antecipação foi agora em julho, e vamos ver o resultado de agosto. O que vai ter? Talvez o incremento de 6 milhões, quando se gasta com pessoal 585, que é a média dos sete primeiros meses. Não é nada. Vê-se as transferências voluntárias e nós somos o vigésimo segundo estado em transferência *per capita* do governo federal para cá.

Em julho as transferências constitucionais na Bahia foram umas das que mais caíram, 63 milhões. São dados oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional. Eu não falo isso com alegria, tenham V.Ex^{as} certeza absoluta, falo com tristeza. Eu moro aqui, meus filhos moram aqui e tudo que tenho na minha vida, fruto do meu trabalho assalariado, nunca tive empresa, nunca tive fazenda, nunca tive nada, mas o pouco que economizei como assalariado, como engenheiro que sempre fui, está investido aqui na Bahia. Então, se a Bahia crescer eu cresço e se a Bahia cair eu caio. Eu tenho um filho recém formado agora e se a economia da Bahia não tiver crescimento nem emprego tem para ele.

Então, estou trabalhando e alertando, não querendo que o governo do Estado afunde. Eu gostaria que a Bahia tivesse procurando outros incentivos. Hoje mesmo dois estados brasileiros que no momento de crise, o que fizeram? Anistia. A única alternativa aqui para a Bahia, minha querida deputada Maria Luiza, é o que esses dois últimos estados fizeram, uma anistia, para aumentar a arrecadação neste momento de crise, já que não fizemos nada para resolver o problema do fluxo de caixa e não do aumento de arrecadação.

Então, acho que a anistia é a única alternativa para que a gente não venha extrapolar, já que estamos muito próximos do limite previsto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque se isso não acontecer, o que é que vai acontecer? O empréstimo que nós aprovamos do BID, esse mesmo empréstimo que nós aprovamos do BNDES, a Bahia não vai poder receber as parcelas. Assim a crise fica maior ainda. Você imaginou a Bahia extrapolar o limite?

Então, a gente tem preocupação com a receita corrente líquida dos 12 meses. Eu quero ver o aumento do incremento, só que agora não estamos vendo. O mês de agosto é um mês crítico, porque não tem antecipação de receita, então não sei como vai se comportar a receita corrente líquida para a gente ver aquele limite gasto com pessoal.

A expectativa que eu tenho, infelizmente, a Bahia que o próprio secretário anunciou e é verdadeiro o dado dele, hoje está participando de 4,5% da arrecadação do ICMS nacional. As estimativas que eu tenho, repito, que eu tenho, pode até e, Deus ajude que não sejam verdadeiras, mas nada mostra ser diferente, que no mês de agosto, setembro, outubro, novembro vai ocorrer queda de arrecadação no Estado da Bahia, comparado com o mesmo período de 2008.

Então, corremos o risco da receita corrente líquida, na hora que formos analisar o gasto com pessoal, se extrapolarmos o limite, o que seria terrível e eu não quero isso para a Bahia. Imaginou se a gente não receber as parcelas dos empréstimos que

temos? Agora, tem que tomar alguma medida.

Eu acho e, finalizando, minha cara presidente que, no momento, o governo tem que pensar seriamente numa anistia fiscal. Darei os parabéns, serei o primeiro a vir aqui. Falo do fundo da alma, deputado Waldenor, não quero ver a Bahia, em nenhuma hipótese, extrapolar o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e não conseguir se recuperar no último quadrimestre por conta da expectativa de queda de arrecadação e eu vejo um aumento da arrecadação apenas no mês de dezembro.

São esses os dados que trago, talvez não tenha conseguido responder a todos os dados que V.Ex^{as} apresentaram. Amanhã vou ler as notas taquigráficas e virei aqui, eu acho que é um debate que interessa não só a esta Casa, mas à sociedade baiana.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Obrigada, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o nosso colega, grande representante de Jequié e Sudoeste, Isaac Cunha.

O Sr. PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra pelo tempo de 9 minutos o nosso querido rabino.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, eu estou vivendo um momento importante, participando, neste momento, de uma gestão que incomoda. O governo da Bahia, dentre tantos desafios que estão acontecendo, mas dois foram importantes para que a gestão se consumasse em resultado positivo. Primeiro, foi encontrar uma Bahia sucateada, com dados que aterrorizaram a população baiana e levaram esta comunidade a eleger um novo projeto para a Bahia, no qual o nosso governador Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, representa neste momento.

Waldenor, esse foi o primeiro momento do desafio. O segundo momento do desafio da nossa gestão foi o desafio de uma crise mundial que afetou também a Bahia. São esses dois grandes desafios que, pela reação do nosso governo, incomoda e muito a Oposição. Tem incomodado muito e eu fico feliz que esse incômodo acaba sendo positivo, porque mostra que esta gestão de fato está correspondendo às expectativas do povo baiano. Não tenho dúvida de que este governo está fazendo a mudança que a Bahia precisa.

Estes dois desafios são importantes para que o povo baiano entenda o que o governo está fazendo para que este Estado realmente venha a responder e essas ações venham a fazer com que o povo baiano acredite a cada dia mais no projeto de mudança da Bahia.

(Lê): *“Quero aqui hoje falar sobre a brilhante atuação do nosso governo do Estado no que se refere à saúde. Diferentemente do que o ex-governador Paulo Souto vem falando, o Governador Jaques Wagner tem investido e muito na saúde em nosso estado.*

O município de Dário Meira recebeu recentemente uma ambulância para atender os pacientes daquela cidade, que utilizavam carros particulares para o levar os pacientes aos hospitais da região. Isso demonstra que a gestão anterior pouco caso fazia com a saúde nos municípios.

O município acaba de receber uma ambulância da marca Courier, totalmente equipada com os materiais necessários para dar suporte básico ao deslocamento de pacientes.

Parabéns ao povo de Dário Meira pela conquista!!!

O povo de Jequié também está de parabéns pelas conquistas adquiridas no Hospital Prado Valadares.

A emergência do Hospital que atende a população de Jequié e região não tinha uma grande reforma a mais de 20 anos.

O descaso dos governos anteriores com a saúde na região é algo lamentável.

Diferentemente dos governos passados, o governador Jaque Vagner tem dado uma atenção muito especial àquela região.

O Prado Valadares passa a resolver mais e define qualidade na atenção especializada!!!

A reforma da emergência é uma das prioridades e já deve acontecer nos próximos dias, pois já está sendo feito o projeto de arquitetura e engenharia para a sua reforma. E já está em processo de compra pela SESAB a aquisição e implantação do tomógrafo.

Estão fase de implantação, o Centro de Neurocirurgia e Neurociências, cujo objetivo é realizar cirurgia em pacientes vítimas de Traumatismo Crânio Encefálico principalmente, podendo salvar muitas vidas, que hoje, são perdidas pela dificuldade de acesso a serviços de alta complexidade em Neurocirurgia.

O serviço de Hemodinâmica com UTI Coronariana também é pedido meu para o Governador e já dispõe do médico hemodinamista e também do aparelho de hemodinâmica.

*O equipamento de **mamografia** já está instalado, aguardando a chegada da processadora (já comprada) para iniciar o serviço.*

*Também em processo de implantação, o **Serviço de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, a construção de novo bloco cirúrgico, a ampliação das unidades de internação.***"

*Outra conquista importante para o município e região foi a aprovação do **Projeto de implantação da Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular do Hospital Geral Prado Valadares pelo Conselho Municipal de Saúde.***

*Nesta quarta-feira passada o Diretor do Hospital Geral Prado Valadares Gilmar Vasconcelos, juntamente com o Cirurgião Cardiovascular e o Cardiologista Intervencionista, apresentaram aos membros do Conselho Municipal de Saúde de Jequié o **Projeto de implantação da Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular do referido Hospital, o qual foi aprovado por unanimidade.***

A referida Unidade é composta pelo Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular, pelo Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e pelo Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos da Cardiologia Intervencionista e ainda prevê uma UTI Coronariana.

A implantação desses Serviços vai salvar muitas pessoas principalmente nas vítimas de Infarto Agudo do Miocárdio, reduzindo ainda as sequelas, o que não se consegue com o tratamento convencional.

É importante lembrar que de acordo com dados de 2007 do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, uma pessoa que mora em Jequié tem 25% mais chances de morrer por Doenças do Aparelho Circulatório do que quem mora em Salvador, o qual atribuiu grande peso desta diferença à inexistência de serviços de alta complexidade cardiovascular em Jequié.

Diante de tantas conquistas já vivenciadas pelo povo de Jequié e região, e de tantas outras por vir, é que o governador de Estado merece os agradecimentos pelos pedidos atendidos e pela atenção que dá à saúde em nosso estado.”

Portanto, Srs. Deputados, vale ressaltar a importância das ações do nosso governo na comunidade no que se refere à reestruturação da saúde pública não só de Jequié, mas também de todo Estado da Bahia, até porque o legado que nos foi deixado pelos governos anteriores foi uma dívida que passa de mais de R\$205.000.000,00, apenas na área da Saúde. Tais ações, portanto, preocupam os adversários, deixando-os angustiados, pois o governo está reabilitando, reestruturando a Saúde do Estado, fazendo-a funcionar.

Portanto, quero dizer: Sr. Governador, parabéns pelo trabalho desenvolvido pelo Secretário Jorge Sola, que, com muita competência, vem dando uma dinâmica nova à Saúde estadual. Chega de ficar ouvindo histórias de que a Saúde da Bahia está sendo tratada com descaso. Muito pelo contrário, foi nas gestões anteriores que o Estado passou maus momentos, com uma Saúde pífia e resultados piores, tendo em vista que nada foi feito.

Hoje, quando viajamos pela Bahia, encontramos municípios que nos pedem apenas uma ambulância. Isso é sinal de que o Estado como um todo, principalmente nas pequenas cidades como Aroeira e outras tantas, necessitam somente de ambulância para prestar um serviço de melhor qualidade ao seu povo.

Então, Sr. Governador e Sr. Secretário Jorge Sola, parabéns pela ação implementada na Saúde deste Estado, que foi deixado pálido, com a saúde deficitária, porque nada foi feito nos anos anteriores para que ela melhorasse. Obrigado, governador! O povo de Jequié e da Bahia como um todo agradece por essa gestão maravilhosa do secretário e do senhor no que se refere à saúde pública no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Ordem do Dia.

Não havendo nada a tratar na Ordem do Dia, declaro, em nome de Deus, encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*